

Gláucia Moreira Marotta Greco

**AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO  
DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BELO HORIZONTE -MG: ANÁLISE  
DA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte – Minas Gerais

2020

Gláucia Moreira Marotta Greco

**AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO  
DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BELO HORIZONTE -MG: ANÁLISE  
DA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Curso Pós-graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Nutrição e Saúde.

Linha de Pesquisa: Nutrição e Saúde Pública

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Larissa Loures Mendes

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Cardoso Lisboa Pereira

Universidade Federal de Minas Gerais

2020

G791 Greco, Gláucia Moreira Marotta.  
Ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito das escolas públicas de Belo Horizonte-MG [manuscrito]: análise da abordagem teórica-metodológica. / Gláucia Moreira Marotta Greco. - - Belo Horizonte: 2020. 82f.  
Orientador (a): Larissa Loures Mendes.  
Coorientador (a): Simone Cardoso Lisboa Pereira.  
Área de concentração: Nutrição e Saúde.  
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem.

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Alimentação Escolar. 3. Saúde Pública. 4. Pesquisa Qualitativa. 5. Dissertação Acadêmica. I. Mendes, Larissa Loures. II. Pereira, Simone Cardoso Lisboa. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. IV. Título.

NLM: WS 130

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697

**ATA DE NÚMERO 55 (CINQUENTA E CINCO) DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA PELA CANDIDATA GLÁUCIA MOREIRA MAROTTA GRECO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM NUTRIÇÃO E SAÚDE.**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de dois mil e vinte, às 14:00 horas, realizou-se por meio de videoconferência com o suporte do setor de audiovisual da Escola de Enfermagem-UFMG, a sessão para apresentação e defesa da dissertação "AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BELO HORIZONTE -MG: ANÁLISE DA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA", da aluna *Gláucia Moreira Marotta Greco*, candidata ao título de "Mestre em Nutrição e Saúde", linha de pesquisa "Nutrição e Saúde Pública". A Comissão Examinadora foi constituída pelas seguintes professoras doutoras: Simone Cardoso Lisboa Pereira, Elizabete Bassani e Vanessa Alves Ferreira, sob a presidência da primeira. Abriado a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra a candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

- (X) APROVADO;  
( ) APROVADO COM AS MODIFICAÇÕES CONTIDAS NA FOLHA EM ANEXO;  
( ) REPROVADO.

O resultado final foi comunicado a candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, Simone Cardoso Lisboa Pereira, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 27 de abril de 2020.

Prof. Dr. Simone Cardoso Lisboa Pereira  
Presidente (UFMG)



Prof. Dr. Elizabete Bassani  
(UFES)

Prof. Dr. Vanessa Alves Ferreira  
(UFMG)

**ATA DE NÚMERO 55 (CINQUENTA E CINCO) DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA PELA CANDIDATA GLÁUCIA MOREIRA MAROTTA GRECO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM NUTRIÇÃO E SAÚDE.**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de dois mil e vinte, às 14:00 horas, realizou-se por meio de videoconferência com o suporte do setor de audiovisual da Escola de Enfermagem-UFMG, a sessão para apresentação e defesa da dissertação "*AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BELO HORIZONTE -MG: ANÁLISE DA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA*", da aluna *Gláucia Moreira Marotta Greco*, candidata ao título de "Mestre em Nutrição e Saúde", linha de pesquisa "Nutrição e Saúde Pública". A Comissão Examinadora foi constituída pelas seguintes professoras doutoras: Simone Cardoso Lisboa Pereira, Elizabete Bassani e Vanessa Alves Ferreira, sob a presidência da primeira. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra a candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

- APROVADO;  
 APROVADO COM AS MODIFICAÇÕES CONTIDAS NA FOLHA EM ANEXO;  
 REPROVADO.

O resultado final foi comunicado a candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, Simone Cardoso Lisboa Pereira, Presidente da Comissão Examinadora, levei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 27 de abril de 2020.

Prof. Dr<sup>a</sup>. Simone Cardoso Lisboa Pereira  
Presidente (UFMG)



Prof. Dr<sup>a</sup>. Elizabete Bassani  
(UFES)



Prof. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Alves Ferreira  
(UFMG)



**ATA DE NÚMERO 55 (CINQUENTA E CINCO) DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA PELA CANDIDATA GLAUCIA MOREIRA MAROTTA GRECO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM NUTRIÇÃO E SAÚDE.**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de dois mil e vinte, às 14:00 horas, realizou-se por meio de videoconferência com o suporte do setor de audiovisual da Escola de Enfermagem-UFMG, a sessão para apresentação e defesa da dissertação "*AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BELO HORIZONTE -MG: ANÁLISE DA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA*", da aluna *Gláucia Moreira Marotta Greco*, candidata ao título de "Mestre em Nutrição e Saúde", linha de pesquisa "Nutrição e Saúde Pública". A Comissão Examinadora foi constituída pelas seguintes professoras doutoras: Simone Cardoso Lisboa Pereira, Elizabete Bassani e Vanessa Alves Ferreira, sob a presidência da primeira. Abriando a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra a candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

- APROVADO;*  
 *APROVADO COM AS MODIFICAÇÕES CONTIDAS NA FOLHA EM ANEXO;*  
 *REPROVADO.*

O resultado final foi comunicado a candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, Simone Cardoso Lisboa Pereira, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 27 de abril de 2020.

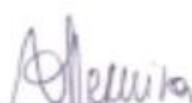
Prof.ª Dr.ª Simone Cardoso Lisboa Pereira  
Presidente (UFMG)

\_\_\_\_\_

Prof.ª Dr.ª Elizabete Bassani  
(UFES)

\_\_\_\_\_

Prof.ª Dr.ª Vanessa Alves Ferreira  
(UFMG)

  
\_\_\_\_\_

Este trabalho é vinculado ao Grupo de  
Estudo, Pesquisa e Práticas em  
Educação, Alimentação e Nutrição  
(GEAN) da Universidade Federal de  
Minas Gerais.

## AGRADECIMENTOS

Agradecida sou primeiramente a Deus, a quem confio meus sonhos e planos. Por sua presença viva e singular, sentida em cada minudência.

À Maria, mãezinha do céu. Intercessora fiel, quem sempre passa à frente me protegendo, junto aos anjos e santos.

Ao meu marido, Thiago, o seu amor sem medidas, sua parceria e paciência diária fizeram este caminho mais feliz! Todo o meu amor e gratidão.

Aos meus pais, Rogério e Cilene, meus exímios exemplos de humildade, amor, sabedoria e resiliência.

Natália e Bárbara, minhas irmãs, obrigada porque sinto a vibração de vocês comigo, bem de perto.

Maria Luiza e Marcela, minhas sobrinhas e afilhada, agradeço muito por renovarem meus ânimos através dos nossos encontros, brincadeiras, contações e construções de histórias.

Aos meus amigos, cunhados e familiares queridos, incluindo aqui a família do meu marido que se tornou também a minha, agradeço pela torcida e apoio constantes.

Agradeço de maneira muito especial à professora doutora Simone Cardoso Lisboa Pereira quem, com sua humildade e sabedoria, me fez acreditar que doutoras legais, humanas, competentes e sábias podem coexistir em uma professora.

Aos professores com os quais tive a oportunidade de apreender nesse tempo do mestrado; vocês me afetaram e me transformaram.

À equipe Coordenação de Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar, que gentilmente, disponibilizou parte do seu tempo para participar desta pesquisa. Sem vocês este trabalho não se realizaria, meninas! Lembrei-me de cada uma ao transcrever as entrevistas, analisá-las e ao tentar compreender cada objetivo deste estudo.

Ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Práticas em Educação, Alimentação e Nutrição (G-EAN), agradeço pelas trocas de experiências, pelas construções de conhecimentos, sentidos e sabores.

Às companheiras mais próximas nesta travessia: Dani, Lud, Carol, Lizi, vocês trouxeram luz, alegria e sabedoria para tantos momentos. Obrigada, Dani, que de dupla de trabalho se tornou amiga, desde as matérias isoladas.

Agradeço a CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, Elizabete Bassani e Vanessa Alves Ferreira, por terem gentilmente aceitado participar da avaliação deste estudo.

Sempre penso que há mais para agradecer. Fica aqui o meu muito obrigada a todos aqueles que torceram de alguma forma para que este sonho se concretizasse.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DHAA - Direito Humano a Alimentação Adequada

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação

PPA - Plano Plurianual do governo

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição (); na

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNPS - Política Nacional de Promoção da Saúde

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

MREAN - Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PlanSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SUSAN - Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## RESUMO

GRECO, G.M.M. **Ações de educação alimentar e nutricional no âmbito das escolas públicas de Belo Horizonte -MG: análise da abordagem teórico-metodológica.** 2020. 86p. Dissertação [Mestrado em Nutrição e Saúde] - Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

**Introdução:** o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais da população é uma demanda de centralidade para as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, em que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é estratégica e a escola um cenário de prática favorável, por ser um espaço de convivência e formação. No entanto, a complexidade e a multidimensionalidade das causas desses problemas tornam-se um grande desafio para o nutricionista-educador. **Objetivo:** compreender a atuação de uma equipe de mobilização e educação para o consumo alimentar, em um projeto de EAN, com escolares da rede pública municipal de ensino de Belo Horizonte – MG. **Metodologia:** estudo descritivo, exploratório e qualitativo, realizado com sete profissionais que integram a referida equipe e acesso a documentos produzidos por estes sujeitos acerca do projeto em tela. Empregou-se entrevista individual estruturada, com questões acerca da abordagem metodológica das ações de EAN, atuação na equipe e contribuições da formação acadêmica do profissional nutricionista na área educacional. Os depoimentos foram gravados, transcritos e analisados, por meio da técnica de análise de conteúdo temático-categorial, pautando-se em teóricos críticos da educação e em conceitos que embasam a concepção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). **Resultados:** A partir das entrevistas e dos documentos acessados, apurou-se o contexto de atuação da equipe responsável pela elaboração e, ou execução do projeto “Esquadrão da Alimentação”; a trajetória de construção desse projeto; e o seu desenho de execução. Ademais, realizou-se a exploração do material analisando-se separadamente as categorias emergentes, quais sejam: (1) “Concepção do projeto de Educação Alimentar e Nutricional fundamentada na experiência”; (2) “Abordagens metodológicas de Educação Alimentar e Nutricional atreladas à tradução de conhecimentos em nutrição” e (3) “Lacunas na formação do nutricionista para atuar em Segurança Alimentar e Nutricional”. **Conclusão:** apreendeu-se que a abordagem teórico-metodológica da equipe é pautada na vivência profissional e em referenciais teóricos, para busca de conteúdos técnicos e recursos pedagógicos. A contribuição da formação acadêmica na graduação é revelada como frágil, sustentada por bagagem teórico-técnica, descontextualizada das práticas educativas. No contexto da SAN, a relevância do presente estudo aponta-se na possibilidade de oferecer subsídio para o aprimoramento de um projeto de EAN institucional, no âmbito das escolas municipais públicas, para a promoção de práticas alimentares saudáveis e para a garantia da SAN como um direito humano essencial, conforme o que as diretrizes do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas preconizam.

**Palavras-chave:** educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, saúde pública, pesquisa qualitativa.

## **ABSTRACT**

**Introduction:** facing the population's food and nutritional problems is a central demand for public food and nutrition security policies, in which Food and Nutrition Education (FNE) is strategic and the school a favorable practice scenario, as it is a coexistence and training space. However, the complexity and multidimensionality of the causes of these problems become a major challenge for the nutritionist-educator. Objective: to understand the role of a mobilization and education team for food consumption, in an FNE project, with students from the municipal public school system in Belo Horizonte - MG. Methodology: descriptive exploratory and qualitative study, carried out with seven professionals who are part of the referred team and access to documents produced by these subjects about the project on screen. A structured individual interview was used, with questions about the methodological approach of the FNE actions, performance in the team and contributions from the academic training of the nutritionist in the educational area. The testimonies were recorded, transcribed and analyzed, using the thematic-categorical content analysis technique, based on critical education theorists and on concepts that underpin the design of Food and Nutritional Security (FNS) policies. Results: after the exhaustive reading of the transcripts of the interviews and the documents accessed about the "Food Squad" project, the material was explored by analyzing the emerging categories separately, namely: (1) "Conception of the Education project Food and Nutrition based on experience "; (2) "Methodological approaches to Food and Nutritional Education linked to the translation of knowledge in nutrition" and (3) "Gaps in the training of nutritionists to work in Food and Nutritional Security". Conclusion: it was apprehended that the team's theoretical-methodological approach is based on professional experience and theoretical references, to search for technical content and pedagogical resources. The contribution of academic training in graduation is revealed as fragile, supported by theoretical and technical background, out of context with educational practices. In the context of FNS, the relevance of this study is based on the possibility of offering subsidies for the improvement of an institutional FNE project, within the scope of public municipal schools, for the promotion of healthy eating practices and for the guarantee of FNS as a essential human right, in accordance with the guidelines of the Framework of Reference in Food and Nutrition Education for public policies, advocating.

**Keywords:** food and nutrition education, school feeding, public health, qualitative research.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	<b>20</b>
2.1 Objetivo Geral.....	20
2.2 Objetivos Específicos.....	20
<b>3. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>21</b>
3.1 Caracterização do estudo.....	21
3.2 Cenário do estudo.....	22
3.3 Sujeitos do estudo.....	23
3.4 Coleta de dados.....	24
3.5 Análise dos dados.....	25
3.6 Aspectos éticos.....	27
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>28</b>
4.1 Descrição do projeto de Educação Alimentar e Nutricional em pauta .....	28
4.2 Análise de conteúdo das entrevistas e dos documentos que compõem o projeto .....	37
4.2.1 Concepção do projeto de Educação Alimentar e Nutricional fundamentada na experiência .....	37
4.2.2 Abordagens metodológicas de Educação Alimentar e Nutricionais atreladas à tradução de conhecimentos em nutrição.....	41
4.2.3 Lacunas na formação do nutricionista para atuar em Segurança Alimentar e Nutricional.....	47
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>52</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>54</b>
<b>7. APÊNDICES</b> .....	<b>59</b>
<b>8. ANEXOS</b> .....	<b>82</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

O acesso regular e permanente a quantidades suficientes de alimentos de qualidade é essencial para uma vida saudável e para o enfrentamento de problemas nutricionais da contemporaneidade, que transitam desde a desnutrição e deficiência de micronutrientes, até o aumento contínuo das taxas de sobrepeso e a obesidade.

Esses problemas, por sua vez, apresentam causas complexas e multidimensionais, tais como as situações de pobreza e a falta de acesso a uma alimentação de qualidade e diversificada, que respeite os hábitos e as culturas alimentares dos diversos povos e países e que seja composta por alimentos saudáveis produzidos de maneira sustentável<sup>1</sup>. Esses problemas persistem em várias regiões do mundo e são considerados importantes problemas de saúde pública que geram profundos impactos na saúde dos indivíduos e consequências sociais e econômicas ao Estado, famílias e comunidades<sup>2</sup>.

A partir da observação desse cenário, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou, em 2016, a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição (2016-2025), por meio da resolução 70/259. Essa resolução visa desencadear uma ação intensificada para acabar com a fome e erradicar a desnutrição, além de assegurar o acesso universal a dietas mais saudáveis e sustentáveis em todo o mundo. Além disso, o texto pede também às nações que estabeleçam metas nacionais de nutrição e marcos com base em indicadores acordados internacionalmente, além de concordarem com o que os governos aprovaram na Declaração de Roma sobre Nutrição e o Quadro de Ação adotado pela Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2) em novembro de 2014<sup>3</sup>.

No Brasil, a saída do país do Mapa da Fome das Nações Unidas, em 2014, é um dos resultados mais expressivos do conjunto de políticas estruturais na área de Segurança Alimentar e Nutricional e proteção social implementadas nos últimos anos. No entanto, é necessário um olhar criterioso para as discontinuidades e rupturas entre os diversos modos de pensar as questões sobre as quais se pretende intervir. A análise de políticas precisa considerar as características dos Estados, seus modos de construção, relações e o conjunto de problemas considerados dignos de intervenção ou regulação<sup>39</sup>. Para além da fome, outras questões se apresentaram. O aumento das taxas de sobrepeso e obesidade infantil tem sido documentado por

diversos levantamentos nacionais e regionais realizados desde a década de 1970, com evidências de aceleração na década de 2000 em todas as faixas etárias acima de 5 anos<sup>4</sup>.

O enfrentamento dessas crescentes taxas, que são um desfecho da má alimentação, é um desafio atual que envolve não somente questões relacionadas ao consumo alimentar, como também de toda a cadeia produtiva, incluindo a produção, o abastecimento e o acesso a alimentos adequados e saudáveis. Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS), a educação para a promoção da saúde contempla reflexões sobre informações relativas às condições sociais, econômicas e ambientais com influência sobre a saúde, bem como condições de risco individual e condutas de risco<sup>40</sup>.

É papel fundamental dos programas de promoção da saúde o desenvolvimento de cidadãos e sociedades saudáveis, sustentáveis e felizes, razão pela qual contribui para as metas e objetivos definidos pela OMS no que diz respeito ao crescimento sustentável para Agenda 2030 e para o desenvolvimento sustentável da ONU<sup>41</sup>. Soma-se a isso a necessidade de medidas intersetoriais que devem ser implementadas por meio da responsabilização social e política das distintas esferas de governo, tendo em vista atuar sobre os determinantes da insegurança alimentar moderada e grave, com foco nos grupos mais vulneráveis à violação do direito à alimentação adequada<sup>42</sup>.

Compreender a alimentação adequada e saudável como um direito humano básico, envolve uma série de garantias como: o acesso permanente e regular, de forma socialmente justa; uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo, que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; ser acessível do ponto de vista físico e financeiro; ser harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer e; ser baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis. Assim, todos esses fatores estabelecem um campo muito mais amplo de ações para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) do que aquele tradicionalmente restrito às dimensões biológicas e do consumo alimentar<sup>5</sup>.

A EAN tem se configurado como elemento importante na promoção à saúde, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Em sua trajetória, tem havido

modificações, partindo de um patamar onde estratégias de EAN eram desenvolvidas com o objetivo de ensinar a alimentação considerada correta, de maneira descontextualizada e com um olhar estritamente biológico. Gozando de maior presença em documentos públicos, as ações de EAN buscam, atualmente, englobar a multiplicidade de fatores e nuances imbricadas no ato de alimentar-se e de fazer escolhas, incluindo os conceitos do Direito Humano a Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional.

Portanto, compreende-se que incorporar a noção de direito humano à alimentação adequada nas estratégias de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento social é um caminho para reverter situações de fome, um pré-requisito para a realização dos demais direitos<sup>43</sup>. E para alcançar a segurança alimentar e nutricional é necessário que haja a convergência de políticas e programas de vários setores com capacidades para promover, na dimensão individual e coletiva, o acesso à alimentação adequada, requerendo um amplo processo de descentralização, territorialização e gestão social<sup>44</sup>.

Estas mudanças, por sua vez, têm sido refletidas na nomenclatura desta educação<sup>6</sup>, em levantamento de artigos sobre este tema publicados no Brasil entre 1974 e 2011, identifica-se que o termo Educação Nutricional esteve presente durante todo o período; Educação Alimentar e Nutricional, por sua vez, começa a ser utilizado a partir de 1999. Entende-se que a educação nutricional oferece uma conotação técnica e de adequação às necessidades biológicas, enquanto, ao falar-se em educação alimentar, busca-se o contexto do consumo com um olhar para a cultura, costumes e cotidiano. Unindo os dois termos, a Educação Alimentar e Nutricional engloba estas duas facetas e denota uma ação mais completa, condizente com os seus objetivos. Este processo de mudança reflete a percepção de que uma abordagem educacional restrita, com foco simplesmente biomédico, não alcança os objetivos desta ação<sup>7</sup>.

Do ponto de vista legal e normativo, no Brasil, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) está inserida no Plano Plurianual do governo (PPA 2016-2019); na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS); na Lei nº 11.947/09<sup>10</sup>, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); na Resolução FNDE nº 26/2013<sup>11</sup>; bem como no Plano de Ações Estratégicas

para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis e, mais especificamente, no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas<sup>12</sup>.

Para além disso, desde 2006, a Portaria Interministerial no 1.010, de 8 de maio de 2006<sup>13</sup>, prioriza a qualidade da alimentação para crianças e jovens, que são considerados como grupo de maior risco. Nas diretrizes que foram estabelecidas para redes de ensino pública e privada, são consideradas de suma importância orientações sobre saúde e estilo de vida saudável, introduzindo este tema na fase escolar. De forma complementar, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), com ações implantadas entre 2012/2015, destaca em uma de suas diretrizes, a promoção e o monitoramento das ações de EAN, utilizando a alimentação escolar como instrumento para realização dessas estratégias, assim, fortalecendo as propostas e finalidades do PNAE<sup>14</sup>.

Essas ações são de grande importância uma vez que, para além do núcleo familiar, a escola também é um meio que interfere na escolha alimentar das crianças e jovens. É na escola que o aluno desenvolve muitas de suas habilidades e é onde se deve também vislumbrar a promoção de hábitos alimentares e o estilo de vida saudável. Neste contexto, a escola aparece como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de melhoria das condições de saúde e do estado nutricional dos escolares, sendo um setor estratégico para a concretização de iniciativas de programas de educação em saúde em larga escala, incluindo programas de educação alimentar e nutricional. Estes programas, por sua vez, devem abarcar processos ativos, lúdicos e interativos, que favoreçam mudanças de atitudes e das práticas alimentares<sup>12</sup>. Além disso, a escola é um ambiente propício para a aplicação de programas de educação em saúde, pois ela contempla dimensões importantes para ocorrência desse processo: ensino, relações lar-escola-comunidade e ambiente físico e emocional<sup>15</sup>.

De acordo com Accioly<sup>18</sup> em seu livro artigo sobre a escola como promotora da alimentação saudável, algumas estratégias poderiam ser implantadas a fim de que fosse criada uma rotina de alimentação saudável nas escolas. Entre essas medidas, destacava-se a inserção de conteúdos da ciência da nutrição no currículo escolar, a fim de informar e educar os alunos e profissionais da escola; atividades pedagógicas em diversas áreas do conhecimento envolvendo a questão dos alimentos, como a

produção de textos, problemas matemáticos envolvendo pesos e medidas, composição nutricional dos alimentos, entre outros; atividades complementares, como jogos, oficinas e hortas escolares; capacitação de pessoal, a fim de instrumentalizar os professores e demais profissionais da escola para lidarem com a educação alimentar e nutricional dentro de suas funções na instituição escolar; e mudanças das atitudes alimentares dos professores e demais figuras de autoridade dentro da escola, assumindo que o bom exemplo pode partir daqueles que exercem mais influência sobre os alunos<sup>14</sup>.

Segundo uma revisão sistemática, realizada por Murimi *et al*, com 40 artigos que utilizaram a educação nutricional como instrumento para mudança de comportamento alimentar em grupos diversos, mostrou que aquelas intervenções guiadas por uma teoria têm uma chance maior de alcançar seu objetivo. Muitos estudos que usaram teorias para a prática de ações de EAN indicaram sucesso em alcançar seus objetivos, no entanto, a falta de detalhes sobre como essas teorias guiavam os estudos dificultaram a avaliação do efeito das teorias mencionadas<sup>36</sup>.

No Brasil, O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política de Estado vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC), com origem na década de 50 e é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. A legislação vigente identifica como objetivo do PNAE contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar, a aprendizagem e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio da realização de ações de educação alimentar e nutricional (EAN) e da oferta de refeições que garantam as necessidades nutricionais dos estudantes no período em que estes se encontram na escola<sup>16,11</sup>. Nos últimos anos, o PNAE passou por uma série de transformações e o Programa vem dando ênfase ao fortalecimento de seu papel na educação e promoção de hábitos alimentares adequados do estudante, além do amplo enfoque dado à relação do escolar e do alimento a ele oferecido com as cadeias produtivas de alimentos, tendo em vista a adoção de práticas adequadas e saudáveis no ambiente escolar<sup>17</sup>.

Em 2018, a Lei nº 13.666/2018<sup>19</sup> traz um importante avanço ao alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. O autor do projeto tem como objetivo com essa modificação “reduzir a

obesidade infantil, além de assegurar informações sobre alimentação saudável aos cidadãos desde novos, uma vez que o tema é de grande importância nos tempos atuais, em que adultos com pouca formação ou com hábitos alimentares inadequados terminam por reforçar o interesse de crianças e adolescentes por uma dieta pouco nutritiva”<sup>20</sup>.

Nas últimas décadas, houve grandes mudanças no foco das ações na área da EAN. Sem dúvida alguma, a maior delas é poder pensar esta temática, dentro de outra mais ampla que é a de assegurar a todos uma alimentação que possa conferir à vida, além de uma condição de bem-estar e de bem-viver, o direito inalienável à alimentação para todas as faixas etárias e a todos os segmentos populacionais – o assim denominado Direito Humano à Alimentação assegurado pelas políticas e ações no campo da Segurança Alimentar e Nutricional. Mas, para que esse direito se torne realidade, ele deve ser ensinado, conhecido, discutido, compreendido para se realizar como direito de fato e se transformar em realidade<sup>8</sup>.

Conceitualmente, a Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, utilizando para isso abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar<sup>9</sup>.

Assim, a EAN deve ser concebida a partir de um referencial metodológico que preveja um processo de planejamento participativo, monitoramento e avaliação. Tanto os aspectos metodológicos como instrumentais necessitam ser referenciados em um processo permanente de pesquisa e gestão do conhecimento, bem como aprofundados em processos de formação e educação permanente dos profissionais envolvidos. Muito embora seja preciso incorporar às ações de EAN processos de construção metodológica e de planejamento baseados em referências, tal construção é local, ou seja, baseada em cada realidade específica<sup>9</sup>.

Nota-se, dessa forma, como a EAN se torna pertinente no que tange às políticas públicas de alimentação e nutrição devido à necessidade de ampliar a discussão

sobre as possibilidades, limites e o modo como a EAN é realizada, resultando em ações governamentais, especialmente as desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, levando à construção do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, que refletem uma importante etapa de valorização dessas ações<sup>7</sup>.

Nesse contexto, este trabalho visa compreender a atuação da equipe de coordenação de mobilização e educação para o consumo alimentar em um projeto de educação alimentar e nutricional, com escolares da rede pública municipal de ensino de Belo Horizonte - MG.

## **2 – OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Compreender a atuação da equipe de coordenação de mobilização e educação para o consumo alimentar em um projeto de educação alimentar e nutricional, com escolares da rede pública municipal de ensino de Belo Horizonte - MG.

### **2.2 Objetivos Específicos**

Conhecer a abordagem metodológica adotada na construção e implementação do projeto de educação alimentar e nutricional pela referida equipe.

Identificar qual tem sido a contribuição da formação acadêmica dos profissionais dessa equipe para atuação na área educacional.

Levantar evidências que possam subsidiar ações coletivas de educação alimentar e nutricional no contexto escolar.

### 3 - PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo surgiu de inquietações reveladas pela equipe coordenação de mobilização e educação para o consumo alimentar, acerca da metodologia adotada na implementação de ações de EAN no âmbito escolar, bem como no que tange às avaliações dessas ações. Compreender essas ações revelou-se necessário para que pudesse ser estruturada uma proposta de intervenção que fosse ao encontro das diretrizes das políticas de SAN, além de orientar recomendações de avaliação (especialmente qualitativas), nesse sentido.

Através das reuniões do Grupo de Estudo, Pesquisa e Práticas em Educação, Alimentação e Nutrição - GEAN, que conta com a participação de nutricionistas que atuam nesta equipe, assim como de docentes e discentes da UFMG; tornou-se possível realizar discussões no sentido de conceitos essenciais, norteadores de uma possível proposta de intervenção.

Em função disso, para a compreensão do objeto estudado, o emprego do verbo compreender no objetivo geral está pautado na definição de Pinel (2003)<sup>24</sup>:

Compreender é uma espécie de apreender com. Apreender com o outro. Diz AmatuZZi (1980, p. 83) que compreender é perceber aquilo mesmo que ela [pessoa] tenta expressar como se fosse ela. Do ponto de vista da pessoa. [...] É como se você se colocasse no lugar da pessoa, sem estar de fato, para ajudar a perceber como as coisas se passam com ela, naquele momento (PINEL, 2003, p. 13).

#### 3.1 Caracterização do Estudo

Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória com abordagem qualitativa. Optou-se pela pesquisa descritiva por ela permitir descrever as características de determinada população ou fenômeno, bem como a identificação da existência de relações entre as variáveis<sup>21</sup>. No contexto exploratório, emprega-se o seu uso devido ao tema proposto apresentar uma escassez de informações e por possuir maior familiaridade com o objeto estudado, com isso a pesquisa exploratória possibilita desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideais<sup>21</sup>.

Ademais, devido à abrangência, profundidade e à natureza do objeto estudado justifica-se o uso da abordagem qualitativa por ela ser um tipo de pesquisa interpretativa, relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências e como as compreendem. O foco da pesquisa qualitativa é centrado no peculiar, no específico e visa compreender o fenômeno estudado ao interpretar interações e comportamentos, no que diz respeito ao sentido que as pessoas lhe dão<sup>22</sup>, o que permite trabalhar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças e valores<sup>23</sup> por meio de entrevistas com profissionais que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e por permitir analisar exemplos que "estimulem a compreensão" desse problema com o tema proposto.

Com isso, o acesso ao pensamento dos sujeitos e a compreensão que se obtém a partir disso permitem formular intervenções e programas mais adequados às realidades e mais significativos aos sujeitos, que possuem suas histórias individuais, que não podem ser ignoradas nas ações propostas, seja no campo da alimentação ou em qualquer outro campo da saúde<sup>8</sup>.

### **3.2 Cenário de estudo**

Este estudo foi realizado na Coordenação de Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar, vinculada ao Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN), setor pertencente à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), do município de Belo Horizonte, cujos profissionais atuantes no setor foram os sujeitos da pesquisa.

Atualmente, após a última reforma administrativa, ocorrida em 2017, as ações de segurança alimentar e nutricional do município passaram a ser coordenadas e executadas pela SUSAN que faz parte da tríade composta pela Subsecretaria de Assistência Social e pela Subsecretaria de Direito e Cidadania, que constituem a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) da Prefeitura de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 2017 – Lei da Reforma Administrativa). A SUSAN é composta por quatro diretorias que atuam em sete eixos: fomento à agricultura urbana, comercialização subsidiada de alimentos, assistência alimentar e nutricional, abastecimento e regulação do mercado de alimentos,

mobilização e educação para o consumo alimentar, geração de emprego e renda – programa Pão Escola, gestão da política de segurança alimentar e nutricional<sup>25</sup>.

O Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional é um espaço criado em 2015 sendo uma dessas quatro diretorias. A Coordenação de Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar foi incorporada ao CRESAN em 2017, sendo responsável pela execução das ações de Educação Alimentar e Nutricional, que visa promover por meio de formações e oficinas educativas aliadas à estratégia de arte e mobilização estimular a adoção de práticas alimentares saudáveis, atendendo os mais variados públicos dos diversos espaços de SAN do município de Belo Horizonte. Essas ações figuram transversalmente nas estratégias de SAN desenvolvidas no município desde a década de 90.<sup>26</sup>

Atualmente são atendidas pela SUSAN 557 instituições de educação, considerando Ensino Fundamental, Escolas Integradas, EMEI'S, Creches Conveniadas, EJA. O quadro técnico de Supervisoras de Alimentação atual é de 64 Nutricionistas que atendem todas as instituições conveniadas e não conveniadas ao município<sup>27</sup>.

A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SUSAN, faz a gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SMED. Com uma forma de gestão centralizada que é referência no país, a SUSAN planeja, compra, faz o controle de qualidade e distribui os gêneros alimentícios; também monitora a produção diretamente nas unidades; desenvolve ações de supervisão alimentar, formação e orientação nutricional<sup>27</sup>.

### **3.3 Sujeitos do estudo**

Participaram deste estudo os profissionais integrantes da equipe de Coordenação de Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar que é composta por sete nutricionistas e uma graduada em comunicação social e pedagogia. Todas do sexo feminino, apenas duas não concluíram pós-graduação, cinco delas se formaram em instituições de ensino privadas. As entrevistadas apresentaram média de idade de 38 anos, tempo médio de atuação como servidoras públicas de 12 anos e tempo médio de atuação como nutricionista igual a 14 anos. No que diz respeito aos aspectos socioeconômicos, apurou-se que aproximadamente 60% delas disponibilizam de uma renda familiar de mais de dez salários mínimos.

Para a seleção dos sujeitos da pesquisa foram adotados os seguintes critérios de inclusão: ser ou ter sido membro técnico, com ensino superior, da equipe de trabalho em questão por pelo menos um ano até o início da coleta de dados, podendo estar vinculado no momento da entrevista ou ter sido integrante deste equipe no ano anterior à pesquisa.

### **3.4 Coleta de dados**

A coleta de dados ocorreu no período de dezembro de 2017 a maio de 2018. Os dados foram coletados por meio das entrevistas e de forma complementar com o acesso a documentos de circulação interna. Esses documentos incluíam textos orientativos referentes ao planejamento e prática de atividades de EAN pela equipe. Eles foram coletados através da própria equipe coordenação e educação para o consumo alimentar, foram utilizados documentos escritos em português, de fontes primárias, sendo, portanto, documentos que ainda não passaram por nenhum processo analítico, que se encontram da forma como foram produzidos por seus autores<sup>21</sup>.

A entrevista individual foi escolhida como técnica de coleta de dados, por permitir ao pesquisador dentro da abordagem qualitativa mapear e compreender o mundo da vida dos participantes sendo o ponto inicial para começar a elaborar esquemas interpretativos que visam entender as narrativas dos autores. Portanto, o objetivo da entrevista qualitativa é compreender minuciosamente as crenças, atitudes, valores e motivações relacionados aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos<sup>28,29</sup>. As entrevistas foram realizadas utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice A). Nas entrevistas, o informante tem a possibilidade de, num contexto semelhante ao de uma conversa informal, discorrer sobre um determinado tema proposto, a partir de questões previamente definidas. Pode-se fazer perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume de informações a fim de direcionar melhor os relatos para o tema.<sup>22</sup>

O roteiro utilizado para as entrevistas foi elaborado conjuntamente pela pesquisadora, coorientadora e uma especialista no tema. Incluiu questões norteadoras acerca da abordagem metodológica das ações de EAN, da atuação do profissional na equipe e das contribuições da sua formação acadêmica na área educacional. Antes de iniciar a entrevista foi solicitado aos participantes a autorização para sua gravação e utilizou-se códigos de identificação em substituição aos seus nomes, visando garantir a privacidade ao não expor os nomes verdadeiros.

As entrevistas foram realizadas presencialmente em uma sala reservada, sem barulho, no próprio local de trabalho, com agendamento prévio de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Foi utilizado um aparelho eletrônico portátil para a gravação das entrevistas e posteriormente foram transcritas no software Microsoft Word® 2016, pela própria pesquisadora.

### **3.5 Análise dos dados**

Após a coleta dos dados as entrevistas foram transcritas na íntegra pela própria pesquisadora. Em seguida foi realizada uma leitura atenta, de forma organizada e reiterada, em cada uma das falas, para uma imersão no material de análise. Buscou-se identificar os conteúdos mais relevantes relacionados com o objetivo da pesquisa.

Essa imersão se deu através da leitura e escuta exaustivas dos áudios e dos textos contidos nas respostas das participantes e, somente após esse exercício, deu-se início à organização do *corpus* das entrevistas.

Os dados coletados nas entrevistas individuais foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temático-categorial, proposta por Bardin.<sup>30</sup> Trata-se de uma modalidade de análise que visa elencar e interpretar unidades de significação (núcleos de sentido) a respeito de determinados assuntos (categorias temáticas) escolhidos em função do objetivo da pesquisa e do interesse do pesquisador, no que diz respeito à teoria que se instala como plano de fundo para a realização da análise dos dados.

Os procedimentos adotados seguiram a seguinte ordenação: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise é a fase de organização propriamente dita, que envolve a leitura flutuante do material e escolha dos documentos susceptíveis de fornecer informações sobre o

problema levantado. A fase de exploração do material consiste essencialmente em operações de codificação do material. Essa codificação foi conduzida por meio de um esquema de organização dos textos em unidades de registro, primeiramente, até a classificação e agregação em categorias temáticas. Como terceira fase do processo de análise dos dados, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação se deram através de interpretações à luz dos conceitos que embasaram a concepção do Marco de Referência em EAN, a construção de políticas públicas de SAN e em teóricos críticos da educação<sup>30</sup>.

Nesse sentido, ressalta-se o fato de que não há neutralidade em nenhum tipo de pesquisa. O que se deve observar, principalmente na pesquisa qualitativa, é como lidar com essa influência do pesquisador de modo a garantir a objetividade na produção de conhecimentos originais, uma vez que nem sempre estamos a um distanciamento necessário para podermos realizar a suspensão e refletir sobre o que do pesquisador poderia estar interferindo na pesquisa<sup>31</sup>.

Na pesquisa qualitativa, a realidade é múltipla e subjetiva, sendo que as experiências dos indivíduos e suas percepções são aspectos importantes para a pesquisa. A realidade é construída entre pesquisador(a) e pesquisado(a) por meio das experiências individuais de cada sujeito (Epistemologia). Sendo assim, os pesquisadores entendem que estão, no processo da pesquisa, influenciando e sendo influenciados pelo que está sendo pesquisado (Axiologia)<sup>38</sup>. A interpretação dos dados foi pautada na seguinte concepção: “[...] está claro que o mundo é uma interpretação humana, somente outra interpretação terá o poder de concebê-lo diferentemente. O mundo humano é filho da concepção interpretativa”<sup>32</sup>. Nessa perspectiva o pesquisador insere-se como o intérprete da realidade apresentada por ele, na busca do desvelar e desvendar o contexto a ser compreendido<sup>31</sup>. Esse desvelar interpretativo foi o motor que possibilitou emergir os conceitos necessários para a compreensão da realidade prática apresentada<sup>31</sup>.

A análise ocorreu através da síntese de todo o material obtido, por meio do distanciamento do pesquisador<sup>31</sup>. Os resultados das análises possibilitaram a criação de categorias temáticas definidas a posteriori<sup>30</sup>, ocorrendo concomitantemente à fundamentação teórica. Fica claro assim que não se partiu do pressuposto de que as representações da análise aqui apresentada são as únicas formas de apreender a

realidade, mas sim que os leitores irão desenvolver as suas próprias representações, que são tão significativas quanto às aqui formuladas.

### **3.6 Aspectos éticos**

Todas as exigências éticas preconizadas para pesquisa com seres humanos foram asseguradas dentro dos padrões éticos exigidos pela Resolução nº 510/2016<sup>33</sup>, sendo este estudo submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Minas Gerais como adendo no contexto da pesquisa Programa Saúde na Escola: situação atual e perspectivas futuras sob o CAE de número 08757812.3.0000.5149 e parecer de número 3.230.976 (Anexo A). Para fins de sigilo na apresentação dos resultados, os entrevistados foram codificados com a letra E, seguida do número de sequência das entrevistas.

O presente estudo trará retorno à sociedade civil mediante divulgação dos resultados em periódicos, eventos e demais meios considerados pertinentes para que o conhecimento produzido seja validado e/ou refutado.

## **4- RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este capítulo da dissertação inclui a descrição/caracterização do projeto de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em tela, bem como os resultados provenientes da análise de conteúdo das entrevistas dos participantes e dos documentos que compõem o referido projeto.

Participaram deste estudo todas as integrantes da equipe responsável pela construção e, ou execução do projeto de EAN. Trata-se de sete profissionais, mulheres, sendo seis nutricionistas e uma comunicadora social e pedagoga. Segundo os relatos, o tempo de atuação de cada profissional na equipe variou consideravelmente. A profissional que atuou por mais tempo relatou ter iniciado suas atividades na equipe em 1993, tendo, portanto, 22 anos de atuação neste setor até a data final da coleta de dados (maio de 2018). Por outro lado, havia profissionais com menos tempo de trabalho – um ano, sendo esse o tempo mínimo de atuação considerado como critério de inclusão para participação nesta pesquisa. As demais profissionais apresentaram tempo médio de trabalho aproximado, nesta equipe, de sete anos, de acordo com documentos acessados e relatos das entrevistadas.

Para fins de definição, os documentos acessados constituem-se constructos organizados pela equipe envolvida na elaboração e, ou execução deste projeto, conforme demanda aleatória, que foram denominados como sendo “documentos institucionais escritos de fontes primárias”: Compõem estes constructos: o Projeto Esquadrão da Alimentação, Breve Histórico do Projeto, Atribuições da Equipe de EAN e Materiais Produzidos pelos sujeitos deste estudo, como tarefas enviadas para a casa dos escolares a fim de serem construídas junto ao núcleo familiar, denominadas “Para Casa”, pela equipe entrevistada.

### **4.1- Descrição do projeto de Educação Alimentar e Nutricional em pauta**

A partir das entrevistas e dos documentos acessados, apurou-se o contexto de atuação da equipe responsável pela elaboração e, ou execução do projeto; a trajetória de construção do projeto; e o seu desenho de execução, à época da coleta de dados.

Quanto ao contexto de atuação da equipe, na área de educação alimentar e nutricional, no momento da entrevista (dezembro de 2017 a maio de 2018), este era organizado enquanto Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional –

CRESAN. Nessa estrutura organizacional, destaca-se o foco das ações educativas desta equipe junto aos escolares, por meio do projeto intitulado “Esquadrão da Alimentação” nome escolhido pelo público-alvo, em 2014, em uma campanha para votação. Ademais, a equipe atuava em outros eixos de educação, conforme se apresentavam as demandas espontâneas, atrelados a programas e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional - como, por exemplo, o Banco de Alimentos e Restaurantes Populares da cidade - voltados ao desenvolvimento de ações de EAN para múltiplos públicos de todos os ciclos da vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Apurou-se, no que tange às principais atribuições da equipe qualificada para pensar o referido projeto de EAN: elaborar e realizar oficinas na área de alimentação e nutrição, bem como os materiais educativos e lúdicos sobre a temática para escolares; orientar e supervisionar acadêmicos do curso de nutrição nas atividades da equipe; realizar formações com professores e outros profissionais relacionados às suas atividades nas instituições onde realizam o trabalho de EAN; orientar tecnicamente as rotinas de trabalho de auxiliares de cozinhas e das práticas culinárias da equipe; executar tarefas administrativas pertinentes à realização das oficinas; e produzir conteúdo para a página de Educação Alimentar e Nutricional do site da Prefeitura de Belo Horizonte. Embora houvesse múltiplas atribuições, a atuação da equipe estava vinculada, prioritariamente, às ações de EAN voltadas aos escolares.

No que se refere à trajetória de construção do projeto de EAN em análise, este teve início em 2007, com o anseio desta equipe em trabalhar conhecimentos alusivos à temática alimentação e nutrição, no âmbito escolar, através de alguns eixos de atuação, quais sejam: pais, cantineiras, professores e alunos. Nos primeiros anos de implementação do projeto as dificuldades para sensibilização e mobilização, principalmente dos eixos dos pais e professores, foram incontáveis, o que levou a equipe a pensar em outro formato de trabalho.

A partir de 2014, a equipe propôs um projeto piloto, primeiramente em uma escola estadual e, posteriormente, em nove escolas municipais de Belo Horizonte, uma em cada um dos nove distritos sanitários da metrópole, com alunos do 3º ano do ensino fundamental.

Visando um melhor planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações de EAN desenvolvidas nesse projeto, estruturaram-se relações de parcerias: (1)-

Instituição de Ensino Superior-UFMG a partir de 2009, com docentes e discentes de graduação e pós-graduação na área de nutrição, quanto à pesquisa, ensino e extensão. Essa parceria resultou na formalização do Grupo de Estudo, Pesquisa e Práticas em Educação Alimentação e Nutrição – GEAN, em 2016; e (2) Colaboradores da Secretaria Municipal de Educação- SMED e Secretaria Municipal de Saúde- SMS, através do Programa Saúde na Escola (PSE), desde 2010.

Por se tratar de um projeto abrangente, que poderia envolver toda a rede municipal pública de quase 200 escolas e cerca de 200 mil escolares, e dispor de uma equipe de EAN de apenas sete profissionais, elegeu-se, junto à SMED, critérios de seleção das escolas contempladas nas quais se realizaria esse projeto. Inicialmente (2012-2015), foram apreciados como parâmetros de seleção: adesão da instituição ao programa “Escola integrada” e utilização do balcão de auto-serviço (*self-service*) como instrumento para distribuição das refeições no refeitório escolar.

No segundo momento (a partir de 2016), por meio do PSE, que monitorava o estado nutricional dos alunos, realizando a aferição do Índice de Massa Corporal (IMC), estabelecendo assim, um ranking das instituições de ensino referente à prevalência de sobrepeso e obesidade. A partir desse ranking, priorizava-se o atendimento das instituições, iniciando pelas que evidenciavam maior taxa de prevalência de excesso de peso.

Os dados fornecidos pelo PSE (2014 a 2016) e resultados de estudos com escolares da rede Horizonte - MG, em parceria com a UFMG (2012 a 2018), constituíram o diagnóstico, em que se pautou a construção e adequações deste projeto. Houve, ao longo deste período, constatação de elevada prevalência de excesso de peso (superior a 30%) em escolares do 4º ano das escolas envolvidas no projeto. Um desses estudos indicou prevalência elevada de consumo de alimentos processados e ultra processados, bem como consumo insuficiente de fibras, cálcio e vitamina “A”, entre os escolares. Outro estudo confirmou a importância da alimentação escolar evidenciando melhores parâmetros nutricionais entre as crianças que consumiam a alimentação escolar. Foi identificada também, através dessas investigações, a influência das propagandas televisivas no consumo de alimentos ultra processados e observada uma redução no consumo de desses alimentos após realização de intervenções nutricionais.

Por fim, chegou-se ao desenho do projeto “Esquadrão da Alimentação” com os objetivos gerais de realizar ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar como estratégia para a promoção da saúde e garantia de segurança alimentar e nutricional; garantir a perpetuação das práticas trabalhadas nas oficinas por meio de ações e projetos de continuidade por parte das escolas; e verificar a eficácia das oficinas de intervenção. Portanto, essa versão final do projeto foi organizada em quatro momentos: três oficinas e um evento de encerramento, que é denominado evento de culminância.

Na oficina 1, descrita como bastante lúdica e participativa, é apresentada uma peça de teatro intitulada *Paulinha no Mundo do Come Bem*, que tem como objetivo sensibilizar e convidar as crianças a refletirem acerca da importância da alimentação saudável para a melhoria da qualidade de vida e prevenção de doenças. Estimula-se o desenvolvimento da autonomia da criança e a não dicotomização dos alimentos em saudáveis e não saudáveis.

No segundo encontro, a oficina 2, acontece a Dinâmica do *Boneco Bem* que conta a história do personagem que adoeceu devido aos maus hábitos alimentares e tem como objetivo a construção coletiva de um prato saudável. Através dessa oficina, vislumbra-se também a conscientização das crianças acerca dos alimentos ultra processados e a influência que a publicidade de alimentos exerce sobre nós para consumi-los.

Já na terceira e última oficina, ocorre uma visita ao Banco de Alimentos de Belo Horizonte. O banco de alimentos contribui para a redução da fome e da insegurança alimentar e nutricional ao receber produtos considerados fora dos padrões de comercialização (mas ainda adequados ao consumo humano) e transformar o que seria descartado em alimento para quem precisa. A oficina ocorre também para fins de conhecimento do trabalho desenvolvido por este equipamento de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento de receitas saudáveis em uma cozinha experimental, degustação e reflexão sobre hábitos de higiene e atividade física. Esta última oficina acontece em três momentos neste mesmo local, através de dinâmica, jogo e oficina e permite-se com ela uma tratativa complementar de temas não contemplados, por equívoco, nas oficinas anteriores, mas que sejam relevantes para a reflexão sobre a temática em tela. Ademais, nesta oficina são entregues às

crianças um livro de receitas para que seja direcionado às famílias na tentativa de prolongar a discussão sobre a alimentação adequada no ambiente familiar.

O quarto encontro constitui um evento de encerramento, que é denominado de evento de culminância. Neste momento, acontece a exposição dos trabalhos artísticos realizados pelos alunos após cada oficina – apresentações teatrais, musicais, poéticas, dentre outras escolhidas a critério de cada turma - para os pais e para a comunidade escolar envolvida. Trata-se de apresentações culturais de cada turma envolvida, expressando os conhecimentos construídos ao longo do desenvolvimento do projeto e, por fim, ocorre um lanche especial para a comunidade escolar. Nesse desenho, é informado que todos os recursos materiais necessários à consecução das oficinas são fornecidos pela SUSAN e os recursos necessários ao desenvolvimento das atividades do evento de culminância são de responsabilidade de cada escola envolvida no projeto.

Como monitoramento e avaliação das ações educativas realizadas, constam “Para Casas” entregues após cada oficina. Orienta-se aos professores, acompanhar essas atividades e desenvolver atividades paralelas nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e em Ciências e elaborar um portfólio das principais atividades desenvolvidas na escola durante o projeto. Destacam a importância da participação dos professores (por meio de um formulário), das crianças e da família no processo avaliativo e da centralidade do escolar como multiplicador do conhecimento, através da realização dos “Para casa” e da apropriação do que foi trabalhado nas oficinas. A avaliação pedagógica ocorre por meio da comunidade escolar: professores, pais, alunos, coordenação pedagógica. Ademais, o projeto é avaliado, também, pela equipe técnica, essa se reúne para levantamento das considerações e realização de possíveis alterações.

A análise da descrição do projeto de EAN deste estudo pautou-se em um dos nove princípios do Marco de Referência de EAN - “Planejamento, avaliação e monitoramento das ações”, como princípio norteador; e utilizou os demais princípios desse documento e referenciais teóricos da área de educação (Adorno e Saviani), para maior clareza e precisão das etapas de concepção de um projeto de EAN, à luz desses referenciais teóricos.

As etapas de concepção de EAN que constam nesse princípio norteador são: diagnóstico, identificação de prioridades, elaboração de objetivos e estratégias para

alcançá-los, desenvolvimento de instrumentos de ação, previsão de custos e recursos necessários, detalhamento de plano de trabalho, definição de responsabilidades e parcerias e definição de indicadores de processo e resultados. Ademais, adotou-se que os seguintes princípios do Marco: “A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos” e a “Intersetorialidade” deverão permear todas as etapas supramencionadas<sup>14,9</sup>.

No que diz respeito ao diagnóstico, esse subsidia a definição de conteúdo específicos a serem trabalhados, refletidos e discutidos. Sem isso, tende-se para a formatação de propostas de EAN que tratam de nutrientes e recomendações sobre o que comer e não comer, reduzindo a orientação a uma abordagem dualista, entre o que é bom e o que não é bom comer<sup>8</sup>. No presente estudo, verifica-se que o diagnóstico constitui resultados de pesquisa com o público-alvo do projeto e em dados do PSE, que se referiam ao estado nutricional dos escolares do município como um todo, cenário maior deste estudo. Todos esses dados constituíam parâmetros numéricos, de levantamento epidemiológico, que não contempla a subjetividade das pessoas. No entanto para se intervir no campo da EAN é preciso mais: é preciso conhecer as razões pelas quais o comportamento alimentar acontece e a forma como ocorre<sup>8</sup>.

Portanto, além dos temas específicos, tem prioridades que devem compor um projeto de EAN. Trata-se de princípios que sustentam EAN para as políticas de SAN, que devem compor com os temas específicos e guiar todas as etapas subsequentes. A importância de definir temas/conteúdos prioritários é reforçada por Saviani (2018)<sup>34</sup>, que defende que “os conteúdos são fundamentais e sem conteúdo relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se numa farsa. No interior da escola, é preciso atuar segundo esta máxima: a prioridade de conteúdo, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino”<sup>34</sup>.

Nesse sentido, nota-se que o planejamento do projeto de EAN em tela não deixou claro os princípios e a concepção de EAN defendida pela equipe, o que pode contribuir para elencar objetivos e estratégias não alinhadas ao que, de fato, se pretende com a proposta de EAN. “Sustentabilidade social, ambiental e econômica”; “Recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo”, “Alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável” e “Alimentação adequada e saudável enquanto um

direito social” constituem pontos importantes a serem aqui elencados por se tratarem de temáticas prioritárias a serem trabalhadas nas ações de EAN, preconizadas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira<sup>37</sup>. Assim, a discussão e a escolha de valores e prioridades, bem como a própria concepção que se tem de educação são fundamentais para a seleção e a definição dos objetivos, das mensagens e dos canais de comunicação ou métodos educativos. Os conteúdos e informações devem dar conta de buscar a interseção entre a problemática detectada e os distintos fatores que influenciam a conduta do indivíduo em níveis individual e social<sup>14</sup>.

No que tange à elaboração de objetivos e estratégias para se alcançá-los, evidencia-se que eles foram pautados nos temas específicos, subsidiados pelo diagnóstico. No entanto, um projeto de EAN deve expressar as mudanças pretendidas nos indivíduos, frentes aos problemas alimentares e nutricionais priorizados, mediante um conjunto de experiências que lhe serão proporcionadas – O que deve ser mudado? O objetivo é sensibilizar e trazer o tema da orientação para reflexão, entendendo que esta produzirá as condições de mudanças alimentares. O empoderamento dos sujeitos envolvidos dependerá da capacidade de ter *insights* proporcionados pelas experiências. Segundo Adorno, atualmente os homens não são mais aptos à experiência, mas interpõem entre si mesmos e aquilo a ser experimentado uma camada estereotipada a que é preciso se opor. Ele diz que uma educação que caminha em direção à emancipação não poderia ser separada dos questionamentos da psicologia profunda<sup>35</sup>.

Nota-se nos objetivos gerais na proposta de EAN em pauta, compromisso dos profissionais de EAN quanto a SAN, quando abordam a garantia de SAN e a promoção da saúde, pois a finalidade de um projeto é relacionada com o direito social à alimentação adequada e saudável. No entanto, nas estratégias para alcançá-los não foram identificados aspectos ligados aos princípios do Marco de EAN para políticas públicas como a “soberania alimentar” e a utilização de recursos educacionais dialógicos e problematizadores, com ênfase na SAN. Outros aspectos que constam nos objetivos de cada oficina, mas cujas estratégias mostraram-se insipientes foram: “valorização da culinária enquanto prática emancipatória” e “A Promoção do autocuidado e da autonomia”.

Já em relação ao desenvolvimento de instrumentos de ação, esse foi muito enfatizado nas falas das participantes, consonante com que se entende sobre os

materiais didáticos, que devem ser abertos à criatividade e à inovação e que o teatro, a dramatização, as exposições de pintura, os concursos literários e as atividades lúdicas ocupam espaços importantes. A combinação desses meios constitui um elemento relevante da educação popular, uma vez que aumenta o impacto da intervenção por meio da sinergia da utilização desses recursos.

Ademais, os materiais, instrumentos e oficinas devem motivar a participação do grupo, promover a reflexão e auxiliar na tomada de decisões para o cuidado com a saúde e as mudanças das práticas alimentares. A problematização é diretamente dependente da instrumentalização, uma vez que a própria capacidade de problematizar depende da posse de certos instrumentos<sup>34</sup>. Para isso, os materiais e instrumentos devem ser simples e práticos, concebidos de acordo com as necessidades de cada programa, e sempre buscar motivação, envolvimento e sensibilização. Estas ferramentas devem ser adaptadas à fase do projeto (início, desenvolvimento ou avaliação), às características da população (escolaridade, aspectos sociais e psicológicos) e à forma de aplicação que, no caso, é coletiva. O recurso usado para a orientação nutricional é tão importante quanto a informação a ser orientada, por isso, vislumbra-se que todas as orientações sejam dinâmicas e realizadas por meio de oficinas e instrumentos que favoreçam a experiência<sup>14</sup>. No entanto, deve ser elaborada após definir a abordagem e seus fundamentos teóricos, caracterizar a formação do grupo e a logística das sessões. Nota-se aqui, que foram construídos os materiais, instrumentos e oficinas com base nos temas específicos, contando com as habilidades artísticas da equipe e em tentativas com avaliação de erros e acertos.

Essencial também no processo de planejamento do processo educativo é o detalhamento do plano de trabalho. Plano pode ser considerado como um produto do planejamento, caracterizado como um guia, formalizado e sistematizado. É a partir dele que há uma orientação da prática, partindo da própria prática e, dessa forma, deve ser um documento flexível e passível de adaptações e, ou alterações<sup>14</sup>. O método é o caminho do pensamento para se chegar a um fim, a técnica é mais operacional do que o método porque envolve procedimentos, etapas e recursos materiais. O método é o caminho que o educador escolhe para ir ao encontro do pensamento e do sentimento dos educandos, mas educar não é apenas empregar uma técnica ou um recurso – essa é a diferença fundamental. O emprego de um

recurso técnico não é suficiente para levar o educador a sintonizar-se com as pessoas. Essa “sintonia” exige, além de uma opção metodológica; uma atitude de busca, um caminho de reflexão, de questionamento<sup>8</sup>, que em parte pode-se ver nas entrevistas e pouco nos documentos acessados neste estudo.

Quando pensamos em definição de responsabilidades e parcerias, o setor público deve se limitar a organizações que também tenham suas atividades pautadas pelos princípios adotados pelos referenciais teóricos escolhidos, pela supremacia do interesse e saúde pública, além da ética e moralidade, na tentativa de minimizar os conflitos de interesse<sup>9</sup>. Aqui, intersetorialidade é fundamental e deve considerar a aplicação da Lei nº 13.666<sup>19</sup>, de 16 de maio de 2018, no que diz respeito à inclusão da EAN como tema transversal no currículo escolar, pelo fato de a escola constituir uma importante instituição parceira, no contexto desse diálogo.

Definir indicadores de processo e resultados contribui para o monitoramento e avaliação dos resultados. No entanto, a formação dos profissionais de saúde, incluindo o nutricionista, é tecnicista e moldada pelo modelo biomédico dominante. Por isso, há uma tendência profissional de se avaliarem resultados de intervenções por meio de indicadores bioquímicos, do estado nutricional, ou pela aquisição de novos conhecimentos<sup>14</sup>. Para se intervir no campo da EAN no contexto de SAN é preciso vislumbrar objetos plausíveis de serem investigados e dimensionados tanto qualitativas quanto quantitativamente, mesclando técnicas de abordagens quantitativas e qualitativas, utilizadas criteriosamente e de modo complementar. O desenho das avaliações deve ser precedido por amplas discussões que definam bem os objetivos e situações desejadas. Trata-se do desafio de se definirem indicadores, contextualizados nas diferentes dimensões abrangidas pelos princípios norteadores de EAN para políticas de SAN, refletindo inclusive seus processos de caráter menos estruturados e mais subjetivos. Isso evitaria o distanciamento entre as diretrizes/princípios de SAN e o recorte apenas de variáveis "mais fáceis" de serem mensuradas. A seleção isolada de variáveis consideradas "ideais" ou "convenientes" para medidas reduziria a visibilidade do processo e o alcance da Política.

## **4.2- Análise de conteúdo das entrevistas e dos documentos que compõe o projeto**

Posteriormente à leitura exaustiva das transcrições das entrevistas e do material escrito acerca do projeto “Esquadrão da Alimentação”, realizou-se a exploração do material, analisando-se separadamente as categorias emergentes, quais sejam: (1) “Concepção do projeto de Educação Alimentar e Nutricional fundamentada na experiência”; (2) “Abordagens metodológicas de Educação Alimentar e Nutricional atreladas à tradução de conhecimentos em nutrição” e (3) “Lacunas na formação do nutricionista para atuar em Segurança Alimentar e Nutricional”.

Para esta análise, partiu-se do pressuposto que a EAN deve ser concebida a partir de um referencial metodológico que preveja um processo de planejamento participativo, monitoramento e avaliação; e que tanto os aspectos metodológicos quanto os instrumentais necessitam ser referenciados em um processo permanente de pesquisa e gestão do conhecimento, bem como aprofundados em processos de formação e educação permanente dos profissionais envolvidos, em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas<sup>9</sup>.

### **4.2.1 – Concepção do projeto de Educação Alimentar e Nutricional fundamentada na experiência**

Nesta categoria estão elencadas as questões referentes à fundamentação em que a equipe se pautou para a construção do projeto de EAN. As falas das participantes retratam que essa construção foi pautada em aspectos práticos, na utilização da criatividade e é revelada como fruto de ensaio e erro, da realização de testes pilotos, bem como da utilização de mecanismos de feedback de todos aqueles envolvidos no processo. Ou seja, a concepção do projeto foi baseada na experiência prática que esta equipe dispunha e em instrumentos de avaliação, de acordo com relatos das entrevistadas E1 e E4. Ademais, conforme relata E1, foi uma construção solitária, da própria Secretaria de Abastecimento, da época.

E aí começou a construir ferramentas para este trabalho. Em primeiro lugar, assim, é... a gente tinha uma equipe extremamente criativa e disponível para essa construção, essa nova estratégia de trabalhar a educação alimentar. Então isso é um ponto fundamental, pois o profissional da nutrição tem que estar aberto a essa possibilidade, essa nova forma de dialogar e de promover essa... reflexão sem impor conhecimento, sem impor metodologia e sem impor é... o seu modelo de ver as coisas. Então na verdade isso foi uma construção é...com uma equipe que tinha essa criatividade, essa disponibilidade, essa abertura pra essa construção (...) É... especialmente o teatro educativo (E1)

Ah, eu acho que na prática, né? Foram feitos pilotos, né? No começo, mas com a prática fomos definindo a faixa etária, metodologia, bem de sugestão das próprias crianças, muita sugestão dos professores porque a gente tem essa avaliação a cada oficina, a gente passa uma avaliação. Então é um *feedback* de todo mundo que está envolvido no projeto? Que a gente vai ajustando até a forma de avaliação dos resultados, instrumentos e a frequência das intervenções (E4)

Infelizmente ainda há, é, havia naquela época uma certa resistência dos profissionais da educação em absorver essa demanda... de discutir essa demanda. Então foi uma construção meio que isolada da própria secretaria de segurança alimentar, sabe? (E1)

Segundo nossa concepção, conceber um programa ou ação educativa consiste no estudo e na análise dos problemas alimentares e nutricionais da comunidade na qual se pretende atuar. Para isso, precisam-se ser levados em consideração: a situação-problema, a população, os fatores causais e a elaboração de um o diagnóstico educativo. O diagnóstico educativo pode fornecer dados das relações interpessoais, das práticas alimentares e de saúde, do pensar e do agir dos envolvidos na situação-problema<sup>14</sup>.

Nas falas das entrevistadas, há relatos acerca da orientação dessa “prática”, constituídos como documentos de auxílio teórico, legal ou pedagógico, aplicáveis com caráter lúdico. No entanto, não estão claras as diretrizes, tanto do Marco quanto do Guia, as quais foram utilizadas como embasamento teórico para a fundamentação do projeto em tela. Neste capítulo da dissertação, são trazidos elementos das etapas exploradas no Marco, bem como o que deveria ser trabalhado em cada etapa (diagnóstico, escolha de temas, objetivos, avaliação, etc), considerando no decorrer delas a importância da não dissociação da intersectorialidade e do caráter permanente.

A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal

transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação de consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que se materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal da sua transformação<sup>34</sup>. Apesar de as entrevistadas mencionarem referenciais teóricos, como o Marco de EAN e o Guia, elas não o descrevem ou elencam o que empregaram deles enquanto fundamentação para construção do projeto em tela.

As intervenções educativas em alimentação e nutrição precisam superar suas raízes biomédicas em todas as suas etapas: planejamento, aplicação e avaliação. Somente a partir de modelos avaliativos ampliados, capazes de contemplar sua complexidade, será possível legitimar o caráter inovador desse tipo de intervenção. O conceito de promoção da saúde e os princípios de EAN permeiam a autonomia, reforçando a importância da valorização dessa característica dentro das ações nesse contexto. Contudo, são escassos os registros de grupos de EAN que destaquem seus referenciais teóricos e metodológicos e, tampouco, que visem à autonomia. Faz-se importante valorizar o desenvolvimento de grupos educativos que não se limitem à transmissão de conhecimentos, visem à promoção da autonomia e que a avaliação dos mesmos seja feita de forma coerente com os objetivos propostos<sup>14</sup>.

Como documentos de assessoria teórica, as falas retratam que podem ser ponderados os constructos de domínio público, referências na área de EAN, como o Guia Alimentar e o Marco de Referência de EAN. No tocante ao documento pedagógico, a participante 5 remete à Maria Cristina Faber Boog, uma das autoras referência em educação em nutrição e concernente aos documentos legais que guiaram o detalhamento da prática do Projeto, a participante 6 lembra das legislações relacionadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que também são consideradas. Conforme explicitado anteriormente, esses referenciais teóricos são trazidos nas falas das entrevistadas, no entanto não são descritos ou elencados como referenciais empregados na fundamentação para construção deste projeto.

Então, em cada oficina, a gente tenta colocar, principalmente, os conceitos do Guia Alimentar da população brasileira, só que dentro de um contexto muito lúdico, então apesar de tá fazendo a criança, é... dá opções pra alimentação do boneco, o que a gente tá pegando de referencial teórico são essas orientações que a gente tem, principalmente, no guia, sabe? (...) Desde o início a gente sempre usou o Guia da população brasileira, quando esse projeto foi concebido a gente ainda não tinha essa versão atualizada, tinha a antiga (...) Mas o nosso principal referencial teórico é o Guia mesmo. E claro que também tem muito a parte pedagógica, a gente usa muito...muita referência de...por exemplo, tem a Maria Cristina Boog, que inspira muito a gente na hora de criar oficina, é...o próprio Marco de referência (E5)

Igual hoje a gente trabalha muito em cima do Guia, né, que é uma ferramenta mais recente, então a gente tem trabalhado muito em cima do Guia (...)é...a gente tá sempre buscando coisas, por exemplo o Guia, a gente analisa, vê o que a gente pode tirar dali... Sim...o Guia, ele sempre fez parte, o Marco de Referência, ai tem outros, mas não vou saber te falar de cabeça assim...alguns são leis assim, que de cabeça, não vou saber te falar, mas nós buscamos sim referências até do PNAE, da educação alimentar, baseamos nisso...do FNDE, tudo isso. Essas legislações, só não sei cada uma aqui de cor (E6)

Sim. São os que a gente utilizou pra construção foi o Marco, o Guia, a gente utiliza bastante... esses são os dois principais (...)O Guia é questão de atualização mesmo, a gente imagina que seja um consenso entre os profissionais mais capacitados da área. E o Marco ele fala muito da questão da educação nutricional, de como trabalhar né? (E4)

Parte-se do pressuposto que a EAN deve ser concebida a partir de um referencial metodológico que preveja um processo de planejamento participativo, monitoramento e avaliação; e que tanto os elementos referentes aos métodos quanto os instrumentais necessitam ser referenciados em um processo contínuo de pesquisa, bem como aprofundados em processos de formação permanente dos profissionais envolvidos. É relevante enfatizar que muito embora a utilização de referências para a construção e planejamento seja elementar, deve-se levar em conta cada realidade para que sejam construídas ações de EAN específicas à cada realidade<sup>9</sup>.

As parcerias para o desenvolvimento de ações de EAN imprimem a ideia de intersetorialidade. Através do material acessado e das entrevistas, percebeu-se menções sobre relações de parceria e sobre a relevância da construção intersetorial do projeto através da UFMG (GEAN), da SMED e de um grupo de teatro da própria secretaria. Os discursos das participantes evidenciam que a parceria com a universidade acontece no sentido de se trabalhar as questões relativas à avaliação da metodologia e do projeto como um todo; com a SMED se dá visando a seleção das

instituições contempladas para a consecução do projeto de EAN e com o grupo de teatro a fim de se trabalhar arte e mobilização através deste recurso lúdico.

Aí...foi...acho que no início do ano passado, a gente desenvolveu aquele grupo de pesquisa que é o GEAN, a gente levou pro grupo a proposta porque a gente queria fazer uma análise mais qualitativa da proposta porque a gente pensava que era um projeto que tinha alguns impactos que não eram mensurados (E5)  
a parceria com a universidade permite essa avaliação tanto da metodologia quanto do trabalho (...) (E1)

Então, hoje a gente tem teatro educativo, né, que é esse teatro que trabalha arte e mobilização, essa parceria que chama Mobes, que é o grupo de mobilização aqui das políticas sociais, hoje SMASAC né? (E4)

mas aí a questão era: a gente não tinha capacidade para atender toda a rede ao mesmo tempo e aí precisou do recorte né na rede e aí esse recorte foi proposto em parceria com a secretaria da educação (E5)

Devido aos riscos de conflito de interesses no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de estratégias de EAN, o setor público deve se limitar a estabelecer como instituições parceiras aquelas que também tenham suas atividades pautadas nos princípios do Marco de EAN. Importante também que as ações desses locais não sejam pautadas por interesses comerciais ou individuais, e que não sejam financiadas por recursos que tenham origem em práticas que não atendam os princípios e ações definidos em políticas públicas oficiais<sup>9</sup>.

#### **4.2.2 - Abordagens metodológicas de Educação Alimentar e Nutricionais atreladas à tradução de conhecimentos em nutrição**

As abordagens metodológicas utilizadas nas ações de EAN do projeto “Esquadrão da Alimentação” evidenciaram pautar-se na tradução de conhecimentos técnicos relacionados à alimentação e nutrição, utilizando para isso estratégias pedagógicas lúdicas, com lampejos de tentativa de ruptura com a educação bancária e com a abordagem tradicional. No entanto, não há relatos que trazem a noção de problematização e abordagem dialógica.

Através das falas, em relação ao que diz respeito ao aspecto abordagem para além da transmissão de conhecimento, verifica-se uma atuação não alinhada a esse aspecto. As ações de EAN são realizadas com distintas realidades e situações,

lançando mão de recursos lúdicos, seja através de teatro, dinâmica, jogo, oficinas, etc. O teatro é projetado como uma estratégia quase que infalível de abordagem fundamental. Através dele, vislumbra-se transmitir para a criança o conhecimento daquilo que é saudável ou não. Essas estratégias são empregadas no sentido de melhorar a comunicação sobre os conteúdos relacionados à nutrição.

Em todos os encontros a ideia era de trabalhar com atividades lúdicas, então não eram palestras né, era que no primeiro encontro tivesse uma atividade lúdica, uma intervenção teatral que fizesse com que a criança passasse a ter... um conhecimento e e ao mesmo tempo uma reflexão sobre aquele tema, né? “Por que a alimentação é importante para a minha saúde?” [...] Então, são instrumentos didáticos de comunicação dirigida, ou seja, não é um instrumento que você simplesmente faz uma distribuição aleatória, mas ele tá inserido num contexto (...) Então você tem no teatro essa possibilidade de dizer pra criança é...o que é a alimentação saudável, o que não é tão saudável, mas que que você pode consumir de vez em quando, sem proibir. (...)então os próprios profissionais da gerência de educação alimentar, educação para o consumo alimentar se apropriou um pouco dessa estratégia mais lúdica e passou a... desenvolver atividades do ponto de vista pedagógico que conseguia conversar com o aluno uma estratégia lúdica e... e aí começou a construir ferramentas para este trabalho (...) através da estratégia audiovisual, através de um vídeo que a gente , era um vídeo comentado, que as crianças assistiam o vídeo e depois a gente ia comentar e ia, também de uma maneira bem lúdica, brincar com elas no sentido de, do que quer...com plaquinhas né, o que tava certo, o que que tava errado, a partir de umas perguntas .... (E1)

É...PowerPoint, que é uma ferramenta que a gente usa dependendo, é...material lúdico, no caso, pra crianças, é...fantoques, música também, então a gente às vezes cria uma paródia, (...) o Guia [alimentar], a gente analisa, vê o que a gente pode tirar dali...é...a gente utiliza umas caixas pra falar de processado e ultra processado, banner, às vezes você vai prum lugar onde não pode usar power point, você utiliza o banner como ferramenta, resumindo, são essas ferramentas que a gente utiliza, filmes também [....]. Então a gente elaborou materiais que fosse fácil pros alunos visualizarem o que a gente tava tentando dizer, como bonecos de pano, igual o “bem guloso” é um boneco né que foi feito aqui, “a lixoca” também é uma lixeira como se fosse um personagem, o “carrosélio” é um guarda-chuva colorido (E2)

A metodologia a gente pensou que como o público era criança, o que que era melhor e qual era a melhor linguagem pra transmitir a informação pra eles se era teatro, se era música, alguma coisa que não fosse muito cansativa e que não fosse muito demorado. No caso dos professores a gente usou o power point... foi discussão em cada grupo (E6)

Concernente aos constructos utilizados no projeto Esquadrão apontados nas falas, pelos participantes, pode-se evidenciar que foram priorizados mecanismos lúdicos. Emergiram constatações afirmativas da concepção de instrumentos pautada na adaptação à realidade, na disponibilidade de profissionais da equipe e nos temas

trabalhados nas ações de EAN. Ademais, conforme elencado nas falas das participantes, a criatividade da equipe constitui uma ferramenta primordial para a realização das ações de EAN.

O lúdico permite a integração da criança com o mundo externo, sendo importante na formação da personalidade, assim a criança se sente estimulada, e assim, constrói seu conhecimento sobre o mundo. A ludicidade com jogos, brincadeiras, danças e contação de histórias participa do processo ensino-aprendizagem, desenvolve a responsabilidade e a auto-expressão, auxiliando na formação de habilidades do pensamento: imaginação, interpretação, tomada de decisão, criatividade e levantamento de hipóteses. Com o objetivo estabelecido, o educador poderá conferir maior qualidade à sua ação educativa ao garantir que o prazer lúdico seja o gerador do processo de produção<sup>14</sup>.

Deve-se considerar ainda que o grau de autonomia mencionado nas falas das participantes 5 e 7, precisa ser reavaliado no sentido do cuidado para que não haja a culpabilização dos indivíduos envolvidos nas ações de EAN. Culpabilização no sentido de o aluno construir uma visão reducionista e, ou simplista da mudança alimentar pretendida, como se o resultado almejado fosse unicamente dependente do sujeito e descontextualizada dos contextos políticos, econômicos e sociais. Outro cuidado ainda deve ser tido no sentido de não realizar entrega de materiais meramente informativos, conforme relata a E2 ao dizer: “No final de cada um [...] tem a entrega de material que é um folder informativo”.

E a terceira etapa é no auditório que é o vídeo-áudio que tem a musiquinha da Gotilda e a história da Gotilda que é um outro personagem que a gente fala que é relacionado a higiene, higiene e saúde. (...) Essa brincadeira mostra que a gente tem que tentar ao máximo manter o ambiente limpo né, dentro de casa, as mãos... No final de cada um, só pra explicar assim, tem a entrega de material que é um folder informativo de cada oficina, de tudo que eles fazem, né (E2)

Na primeira, eu acho que o objetivo principal é... fazer a criança ter a capacidade de ter autonomia em fazer escolhas alimentares saudáveis. É o primeiro contato então que a gente tenta fazer a criança pensar nesse assunto, na verdade (E5)

A primeira é a que fala mais de temas que é uma forma de introduzir e chamar a atenção dos alunos pra importância da alimentação saudável(...)é...aí foca, né, tenta meio que conscientizar eles que a gente desperdiça muito, mas tem lugares no mundo com pessoas que não têm o que comer (E7)

O fortalecimento da participação ativa e a ampliação dos graus de autonomia, para as escolhas alimentares implicam o aumento da capacidade de análise do sujeito sobre si e sobre o mundo e a capacidade de fazer escolhas, governar, transformar e produzir a própria vida. Para tanto, é importante que o indivíduo desenvolva senso crítico diante das inúmeras possibilidades de consumo, bem como das regras de condutas dietéticas. A decisão ativa significa reconhecer as possibilidades, ter o direito de experimentar, decidir, reorientar em relação às escolhas envolvidas no comportamento alimentar<sup>9</sup>.

Como exemplos de comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparo e consumo dos alimentos, as falas anunciam que são valorizadas as oficinas culinárias, a prática da higiene e a oficina dos sentidos - quando se trabalha três sentidos sensoriais: olfato, paladar e tato. Emerge dos discursos também que as degustações das receitas, ou seja, a experimentação da preparação produzida pelo aluno possibilita a esse aluno aprovar o sabor e a sentir prazer pela forma de construção dessa aprovação e sentimento. Ademais, são pronunciadas expressões de incentivo à experimentação do “diferente”, realizadas tentativas de informar sobre a importância de cada grupo de alimentos, enfatizando a não proibição de nenhum alimento e a importância do equilíbrio nas escolhas alimentares.

“Então, na parte de higiene eles assistem a um vídeo, depois fazem uma dinâmica de certo e errado com plaquinhas, na cozinha eles preparam receitas, é... não convencionais assim para eles, né? Que é o suco de couve, de beterraba, de talo de couve. E fazem também uma pizza com talo de couve. Eles ficam até se sentem mais à vontade em experimentar o alimento quando eles estão preparando. na aula de culinária com as crianças... no começo eu lembro que a gente foi pra oficina, então a gente até conversava muito sobre isso, que a educação nutricional acontece no momento em que as crianças sentem prazer de tá ali na cozinha experimentando, cozinhando pela prática culinária (E3)

“Na segunda a gente trabalha a oficina dos sentidos que a gente faz a criança experimentar os alimentos, tato, olfato e paladar (...), mas aí dentro desse formato a gente trabalha os temas, sabe? A segunda chama grupo de alimentos aí a gente chama de conhecendo os alimentos na verdade né? (...) Então, pensar na alimentação sempre sem esse contexto de pode ou não pode, sabe? Porque geralmente em casa acaba ficando muito isso né? É aquele momento tenso na hora de alimentar, a criança não gosta de um tanto de coisa e a mãe cobra, enfim! Então a gente quer desmistificar um pouco essa questão da alimentação como um processo difícil pra criança e...a gente tenta passar conceitos de...que todos os grupos de alimentos são importantes serem consumidos e...não existe alimento proibido e que ela não pode, desde que seja equilibrado, ela pode comer um pouco de tudo. Então esse é o primeiro objetivo, que ela saia com esse primeiro conceito, sabe? (E5)

Ao se tratar de menções ao que poderia se aproximar do aspecto transversal da EAN no modelo pedagógico, emergiram nos discursos das participantes atividades que são estimuladas a ser realizadas em sala ou em casa de maneira a dar continuidade ao projeto e à discussão da temática através dos conteúdos programáticos das disciplinas curriculares. No entanto, são atividades dependentes da abertura dos docentes, em atendimento, inclusive ao que é proposto pela lei 13.666/2018, acerca da inclusão da EAN como tema transversal no modelo pedagógico.

Em termos práticos, a EAN transversal é entendida como a socialização do conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como acerca da prevenção dos problemas nutricionais, desde a desnutrição até a obesidade. Há também um alerta sobre a necessidade de se abordar os temas na perspectiva do DHAA e de alertar sobre a necessidade de se buscar consensos sobre conteúdos, métodos e técnicas do processo educativo, considerando os diferentes espaços onde ela acontece. Além disso, deve-se considerar as práticas de publicidade e de *marketing* de alimentos e a elaboração de material de formação para orientação alimentar dos profissionais envolvidos no processo<sup>9</sup>.

São várias as estratégias de EAN que podem ser adotadas com o objetivo de ela ser transversal nas escolas. Podem ser promovidas massivas campanhas educativas com o uso de diferentes mídias que promovam o consumo alimentar com maior benefício nutricional. Um exemplo é sugerir que a instituição procure saber sobre os programas que se relacionam com produção, acesso, abastecimento e educação alimentar existentes no local, permitindo a reflexão sobre o tema. Dessa forma, verifica-se um amplo contexto favorável para a realização do direito humano à alimentação adequada em cenários das políticas sociais atuais em que as ações educativas têm potencial de ser um elemento transformador quando realizadas de modo competente<sup>14</sup>.

Toda a mobilização para se ter uma alimentação saudável demanda uma transformação maior, tanto da pessoa quanto da sociedade. E é nesse intermédio que entra a EAN. Precisamos pensar: por que comemos o que comemos? Como aquele alimento chegou ali no nosso prato? Quem produziu? Como e onde produziu? Enfim, é mais complexo do que simplesmente ter a informação sobre o que é saudável<sup>5</sup>.

O Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas elucida que a EAN deve ser:

“um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar” (BRASIL, 2012)<sup>9</sup>.

Para isso, ela deve ter como foco ampliar a sua (1) abordagem para além da transmissão de conhecimento e gerar situações de reflexão sobre as situações cotidianas, busca de soluções e prática de alternativas<sup>9</sup>. A EAN requer, portanto, (2) uma abordagem integrada que reconheça as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos, de maneira (3) a ser “transversal” no projeto pedagógico<sup>9</sup>, conforme preconizado pela lei 13.666/2018.

Dentre os três aspectos que foram considerados para análise do desenvolvimento das ações de EAN do projeto em tela, o referente à abordagem integrada não foi identificado nas falas das participantes. Ela diz respeito à considerar a abordagem para além do seu caráter biológico e considerar todo o sistema alimentar, que implica abranger conteúdos que vão desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição; a escolha e consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas, até a geração e a destinação de resíduos<sup>11</sup>.

É possível construir um caminho para a promoção da alimentação adequada e saudável, pautado na articulação entre saberes populares e técnicos e na formação de parcerias. Um caminho que leve em conta a complexidade das relações humanas e sociais e com o esforço de inovação nas iniciativas que buscam alimentar as realizações individuais e coletivas em prol de uma vida plena. Um caminho que sensibilize as pessoas para serem mais autônomas em sua vida pessoal, tornando-as mais aptas a realizarem escolhas saudáveis, e que as fortaleça como agentes de mudança<sup>14</sup>.

### 4.2.3 - Lacunas na formação do nutricionista para atuar em Segurança Alimentar e Nutricional

Nesta categoria são elencadas as lacunas de formação, apontadas nas falas das participantes desta pesquisa, ao considerarem que as contribuições da sua formação para atuar em educação no contexto de SAN foram insuficientes, tanto no contexto da graduação, quanto de cursos de aprimoramento profissional realizados. Pode-se apreender que as participantes consideram as abordagens de ensino-aprendizagem, que foram empregadas, fortemente marcadas por aspectos teórico-técnicos descontextualizados da prática, da área de educação; e sinalizam a falta ou deficiência de uma disciplina de EAN na grade curricular do curso de graduação em Nutrição.

Assim, as falas das entrevistas, a seguir, revelam uma ideia de dicotomia entre teoria e prática, uma necessidade de realização de cursos complementares na área de educação e que a graduação em nutrição, à sua época, possibilitou uma contribuição teórica, de conteúdo. Ademais, anunciam que a apreensão de como realizar EAN foi com a prática e do exercício de modificá-la; e o entendimento de que falta para a equipe é conteúdo pedagógico para atuarem em educação, considerando os ciclos da vida.

Então às vezes o que eu percebo é que a faculdade me deixou muito teórica... com certeza. Eu acho assim... então, ela contribuiu no sentido de conteúdo, da gente saber buscar as informações, saber ler uma informação e se procede ou não, poder julgar (E4)

O que eu mais aprendi foi com a prática e ao modificá-la do que com a graduação em si (...) Então eu acho que minha formação acadêmica me ajudou, mas nós não somos formados especificamente pra educação alimentar, a gente tem isso muito “passando” na faculdade (...) minha vivência com educação alimentar e nutricional na faculdade foi muito teórica E também uma sensação que eu sempre tive quando eu fiz alguns cursos modulares, pontuais, é que a gente tinha mais expertise do que quem tava dando o curso. Não porque nós somos melhores, mas porque a gente já tinha desenvolvido mais coisas...porque às vezes a pessoa vai com uma proposta muito teórica, então fica lá falando do Marco de Referência, parará e o que a gente pretendia com aquela formação era trazer isso pra prática né? (...). E aí o que a gente percebeu é... nesse contato foi que às vezes a proposta da UFMG era muito teórica e a gente já vinha com uma certa experiência de trabalhar com as crianças na ponta. Eu acho que sim, na verdade eu sinto falta, eu não sei se esse é o sentimento das meninas também, mas eu bato muito na tecla de que falta pra gente o... conteúdo pedagógico, sabe? O feeling pedagógico pras propostas (...) então às vezes a gente não entende muito o que é ideal pra a faixa etária, às vezes a gente quer ser lúdico demais e pode fugir um pouco da proposta e de sair um pouco do universo. (E5)

Essa lacuna apontada é relevante, pois de acordo com Vieira e Cervato-Mancuso (2014)<sup>14</sup> o componente unicidade entre teoria e prática é uma característica necessária, envolvendo a graduação em Nutrição, para atuação na perspectiva da SAN. Isto, pois atuar nessa área exige considerar a integralidade do indivíduo e o trabalho focado na comunidade. Trata-se de uma área que permeia não somente o campo da saúde, mas também o da produção de alimentos, economia, educação e meio ambiente. Portanto, é fundamental que haja unicidade entre teoria e prática, em que conteúdos teóricos precisam apoiar a prática profissional e, assim, a prática confere sentido à teoria. Esses autores destacam ainda que a união entre teoria e prática não significa a justaposição desses dois aspectos, mas indica que ambos devem permear todo o curso uma vez que é da prática que emergem as questões e as necessidades e a teoria ajuda a apreender tais questões, a interpretá-las e a pensar possibilidades. Defende, ainda que a vivência prática permite ao aluno desenvolver o potencial crítico, contribuindo para o processo de aprendizagem, mesmo sem ter ainda um repertório muito consistente<sup>14</sup>.

Essa constatação também é reforçada por Adorno (2014), em que essa experiência formativa seria, nestes termos, um movimento pelo qual haveria uma transformação do sujeito no curso do seu contato transformador com o objeto na realidade e que para isto se exige tempo de mediação e continuidade, em oposição ao imediatismo e fragmentação da racionalidade formal. Para Adorno, a experiência é um processo autorreflexivo, em que a relação com o objeto forma a mediação pela qual se forma o sujeito em sua “objetividade”. Neste sentido, a experiência seria dialética, basicamente um processo de mediação. Ela possibilitaria romper as limitações auto estabelecidas pelo curso do desenvolvimento da teoria. O pensamento precisa recuperar a experiência do concreto sensível importante para uma práxis transformadora. É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado<sup>35</sup>.

Outra lacuna apontada pelas participantes, nas próximas falas, é a falta ou a fragilidade da disciplina de EAN na sua graduação em Nutrição. Nota-se que, quanto às fragilidades da referida disciplina, descrevem que essa não contribuiu em nada para sua atuação em EAN; que a disciplina precisa evoluir muito, especialmente em

cursos específicos de pós-graduação da área de EAN; e que não recorda de conteúdos trabalhados e que na prática atuava em aconselhamentos individuais, pois o curso tinha foco na área clínica.

Porque...eu formei no ano de 2005, tá fazendo 13 anos que eu formei, é...eu não tive uma disciplina específica de educação alimentar e nutricional, igual muitas instituições de ensino têm hoje (E2)

Eu formei em 2007, tínhamos a disciplina “Educação Alimentar e Nutricional”, mas não contribuiu com nada. Eu fui trabalhar por uma coincidência do destino e deu certo, porém não foi eu quem escolheu a área, a área que me escolheu (E3)

Então, a formação acadêmica em si, eu acho que pra quem trabalha na área de educação alimentar, a gente ainda precisa desenvolver cursos mais específicos, sabe? (...)Então assim...eu acho que a gente ainda precisa evoluir muito nessas especializações e nessas estratégias pra quem já trabalha na área, sabe? (...)e quem formou a mais tempo, antigamente essa matéria não era nem dada (E5)

De educação nutricional, eu lembro que na faculdade, eu tive uma matéria, mas eu não lembro muito o que a gente fez. Lembro que fiz um evento na Praça da Liberdade, que é o que mais se assemelhava ao que fazemos hoje. Trabalhei no posto de saúde como estágio, mas, na época, não tive muita oportunidade de trabalhar com os grupos, né, era mais consulta individualizada (...) a formação que eu tive, pelo menos, voltava muito pra área clínica (E7)

Nota-se, que as participantes, atribuem a uma disciplina a fragilidade na sua formação, para se atuar em EAN no contexto de SAN. No entanto, uma única disciplina dentro de um currículo predominantemente técnico não formará um educador, se este propósito não for assumido de forma transversal pelo grupo de docentes, face a um projeto pedagógico, que contemple esse objetivo. As disciplinas dos cursos de Nutrição devem formar *educadores* neste campo, isto é, pessoas que desenvolvem a capacidade de compreender e agir sobre pensamentos, sentimentos e ações de outras pessoas e as disciplinas da área de ciências humanas têm papel relevante nesse sentido<sup>14</sup>.

Portanto, considerando essa perspectiva de atuação em SAN a serem empreendidas nos cursos de graduação em Nutrição, identificam-se outros elementos importantes, para minimizar as lacunas na formação desses profissionais, além dos que já foram supramencionados, quais sejam: a unicidade entre teoria e prática e a atuação como educador. Trata-se de componentes que compõem características necessárias para esta atuação, como: trabalho em equipe, abordagem humanística,

favorecimento de conteúdos relativos às políticas públicas, abordagem transversal da SAN e, por fim, reconhecimento do profissional como agente político<sup>14</sup>.

No que diz respeito ao trabalho em equipe, ele se apresenta como um componente promotor da atuação em SAN e é desenvolvido como consequência da interdisciplinaridade. Na área da saúde, a prática profissional ainda tende a ser individualizada, sem muita interação entre os profissionais, configurando equipes do tipo “agrupamento”. É essencial ressignificar o processo de trabalho, orientado pela integralidade que requer o trabalho em equipe atento para a necessidade de se extrapolar o campo da saúde, conseguindo dialogar e construir com diversos outros setores<sup>14</sup>.

Outro componente destacado foi a abordagem humanística na formação. Para que uma prática vise à garantia do direito humano à alimentação, é fundamental interpretar questões de nutrição e alimentação à luz dos conhecimentos da antropologia, psicologia e educação, por exemplo. Para o trabalho em SAN, o profissional precisa do manejo de conhecimentos que contribuirão para desenvolver competências e habilidades para melhor compreender, intervir e transformar a realidade em que vivem e atuam. Para isso, há necessidade de ir além das habilidades técnicas específicas de cada profissão e perpassar por uma abordagem que envolve questões de ordem política, socioeconômica e cultural, a fim de facilitar a articulação dos conhecimentos biológicos da nutrição com sua dimensão social<sup>14</sup>. A educação, portanto, não se transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática<sup>35</sup>.

Os conteúdos relativos às políticas públicas que dialogam com a SAN também surgem como uma demanda para qualificar a atuação profissional, uma vez que o cenário político se faz relevante para a contextualização das potencialidades assistenciais, emancipatórias, de geração de renda, de promoção da saúde, entre outras, de um determinado local. Os cursos de Nutrição tendem a apresentar enfoque na área clínica, a qual explora conteúdos que favorecem sua entrada imediata no mercado de trabalho e, com isso, a discussão acerca das políticas públicas pode não ser claramente reconhecida como importante no momento da graduação<sup>14</sup>. Além disso, adotam o conceito reducionista, pautado nas abordagens dietoterápicas, restritivas e quantitativas enquanto devia-se considerar que no campo da nutrição é preciso levar em consideração as premissas da sustentabilidade, possibilitando que

os profissionais da área atuem de forma coerente e sintonizada com as diretrizes das políticas públicas de alimentação e nutrição<sup>45</sup>.

Como último componente encontra-se o reconhecimento do profissional como agente político. No campo da Nutrição, o ensino superior vem mostrando distintas dificuldades para a atuação do futuro profissional de saúde como um agente que intervém no campo das políticas públicas no âmbito da SAN e na garantia do DHAA para uma vida saudável. Isso acontece porque os conteúdos que aproximam o aluno do cenário de políticas públicas se apresentam extremamente limitados em muitos cursos de Nutrição, dificultando a compreensão por parte do próprio profissional sobre seu papel perante a sociedade. Mesmo que não atue diretamente na área sociopolítica, é fundamental que o nutricionista, bem como outros profissionais, reconheça-se inserido no contexto político do local onde vive e se aproxime das necessidades da sua comunidade e das possibilidades de atuação, sendo necessário que o ensino superior esteja em sintonia com as questões sociais e de saúde<sup>14</sup>. A Constituição vigente no Brasil define como finalidade da educação o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ora, o preparo para o exercício da cidadania tem um significado precipuamente político<sup>34</sup>.

Portanto, na formação do Nutricionista, em nível de graduação e pós-graduação, são muitos os desafios para que se efetive uma formação consciente e qualificada para atuação em SAN, como pode ser constatado nas demais categorias emergentes e na descrição do projeto de EAN deste estudo, incluindo a participação de docentes; e de discentes de pós-graduação da UFMG. Estes desafios estão relacionados à escassa apropriação e utilização de referenciais teóricos em áreas das ciências humanas, como pedagogia, psicologia e educação; dificuldades em tornar a EAN “transversal” e como um eixo de reflexão para outras disciplinas curriculares na graduação; reduzido de docentes com formação específica e experiência em EAN; pouca produção científica e estudos de relevância na área<sup>9</sup>.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos compreender a atuação da equipe coordenação de mobilização e educação para o consumo alimentar em um projeto de educação alimentar e nutricional, com escolares da rede pública municipal de ensino de Belo Horizonte, através da análise das categorias emergentes neste estudo, quais sejam: “Concepção do projeto de Educação Alimentar e Nutricional fundamentada na experiência”; “Abordagens metodológicas de Educação Alimentar e Nutricional atreladas à tradução de conhecimentos em nutrição” e “Lacunas na formação do nutricionista para atuar em Segurança Alimentar e Nutricional”.

A fundamentação do projeto foi pautada na experiência prática, nos instrumentos de ação e avaliação de que esta equipe se dispunha. Segundo a literatura estudada, há necessidade de esta construção abarcar elementos como: diagnóstico educativo, identificação de temas relacionados aos princípios da EAN, elaboração de objetivos que tragam esses temas para a reflexão, desenvolvimento de instrumentos de ação que auxiliem na tomada de decisões, detalhamento de plano de trabalho referenciado teoricamente, definição de parcerias com os mesmos princípios e definição de indicadores de processo e resultados que não sejam tendenciosos a mensurar aquilo que é “mais fácil”.

A abordagem metodológica adotada na implementação do projeto analisado apresentou lampejos de tentativa de ruptura com a abordagem tradicional; no entanto, não há relatos que trazem a noção de problematização e abordagem dialógica. A literatura nos revela que essa abordagem deve ocorrer para além da transmissão de conhecimentos, gerar situações de reflexão sobre as situações cotidianas, busca de soluções, ser integrada considerando todo o sistema alimentar, de maneira transversal.

A contribuição da formação acadêmica dessa equipe revela uma ideia de não unicidade entre teoria e prática para a realização das ações de EAN e a graduação em nutrição possibilitou uma contribuição teórica, mais voltada para a área clínica. Segundo a literatura, a formação para atuação na área educacional deve priorizar a interdisciplinaridade, extrapolando o campo da saúde, conseguindo dialogar e construir com diversos outros setores; deve ter habilidades para melhor compreender, intervir e transformar a realidade, promovendo saúde. Além disso, o nutricionista deve ser reconhecido como agente político e saber das possibilidades de

atuação no contexto político, sendo necessário que o ensino superior esteja em sintonia com as questões sociais e de saúde.

Uma limitação deste estudo diz respeito ao fato de a análise ter sido pautada nas falas das entrevistadas e nos documentos, o que inviabiliza a captação de todos os movimentos da experimentação.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de construção de uma proposta de referencial que poderá ser aplicada tanto pela equipe entrevistada quanto por agentes multiplicadores, no contexto da SAN, além de oferecer subsídio para ações de EAN, no âmbito escolar, para promoção de práticas alimentares saudáveis e para a garantia da SAN como um direito, conforme preconizam os princípios e diretrizes do Marco de EAN e do Guia Alimentar para a População Brasileira.

## 6- REFERÊNCIAS

- 1- Bocchi CP, Magalhães ES, Rahal L, Gentil P, Gonçalves RS. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2019.
- 2- Sarti FM, Torres EAF da S. Nutrição e saúde pública: produção e consumo de alimentos. 1ª. Barueri, SP. Manole. 2017.
- 3- Opas. Organização Pan-americana da saúde: Assembleia Geral das Nações Unidas proclama Década de Ação para Nutrição. Abr 2016. [acesso em mar 2020]. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5051:assembleia-geral-das-nacoes-unidas-proclama-decada-de-acao-para-nutricao&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5051:assembleia-geral-das-nacoes-unidas-proclama-decada-de-acao-para-nutricao&Itemid=820)
- 4- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 130p.
- 5- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA. GT- Alimentação Adequada e Saudável Relatório Final. Março 2007. Brasília DF. 2007.
- 6- Casemiro JP. Cultura, participação e educação popular & saúde: a educação alimentar e nutricional como lugar de encontro na escola. 2013; 370 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde). Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013.
- 7- Greenwood SA, Fonseca AB. Espaços e caminhos da educação alimentar e nutricional no livro Saúde Debate. Rio de Janeiro. Jul-Set 2017; 932-948. Estratégias de educação alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde: uma revisão de literatura 947 didático. Ciência e Educação. Bauru. 2016;201-218.
- 8- Boog, MCF. Educação em Nutrição: Integrando Experiências. Campinas. Komedi; 2014.
- 9- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília: Ed. MDS, 2012.
- 10- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24

de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 17 jun.

- 11- Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União 2013; 18 jun.
- 12- CRN. Conselho Regional de Nutricionistas. A Educação Alimentar e Nutricional é atividade a ser exercida pelo nutricionista? Jun 2018. Comunicação CRN-1. [acesso em abr 2020]. Disponível em: <http://www.crn1.org.br/a-educacao-alimentar-e-nutricional-e-atividade-a-ser-exercida-pelo-nutricionista/>.
- 13- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial 1.010. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Maio 2006.
- 14- Diez Garcia RW, Cervato MAM. Mudanças alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. 2ed. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan. 2017.
- 15- Caderno EAN. Princípios e práticas para educação alimentar e nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social. MDS Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SESAN. Brasília, DF. 2018.
- 16- Brasil. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Diário Oficial da União 1955; 2 abr. 2.
- 17- Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE / Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília : FNDE, 2018.
- 18- Accioly E. A escola como promotora da alimentação saudável. Ciência em Tela. 2009; 2(2):19.
- 19- BRASIL. Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Li/L13666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Li/L13666.htm)

- 20- BRASIL. Lei inclui tema da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Senado Federal. Agência Senado. Maio 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/17/lei-inclui-tema-da-educacao-alimentar-e-nutricional-no-curriculo-escolar>
- 21- GIL AC. Utilização de dados disponíveis. In: Gil A, editor. Métodos e técnica de pesquisa social. 7 ed. São Paulo: Atlas; 2019. p. 163–74.
- 22- Evânia LS, Clélia OL, Nilma DLC, Paulo MR, Alice CU. Metodologia da pesquisa: Aplicabilidade em trabalhos científicos na área da saúde. 2ª edição. Edfurn. Natal RN. 2019.
- 23- MINAYO MC. O desafio da pesquisa social. In: Deslandes SF, editor. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2015. p. 9–30.
- 24- Pinel H. Nascimento! Inventando e produzindo “Nascimentos de Protagonistas Estrelares” nas existências e nas práticas educacionais (escolares ou não). In: JESUS DM de, AI E, editors. Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções. Vitória: EDUFES; 2006. p. 13.
- 25- Prefeitura de Belo Horizonte. Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. [Internet]. [cited 2019 Nov 15]. Available from: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/seguranca-alimentar-e-nutricional>.
- 26- BRASIL. TCU – Tribunal de Contas da União. SUSAN: Relatório de Prestação de contas. 2017. Contas do exercício de 2017. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de-2017.htm>.
- 27- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte PBH. Alimentação Escolar [Internet]. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 2018 [cited 2019 Jan 2]. Available from: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/seguranca-alimentar-e-nutricional/informacoes/alimentacao-escolar/alimentacao>
- 28- Bauer MW, Gaskell G. Entrevistas individuais e grupais. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002. p. 84–6.
- 29- Oliveira AM, Gotschall CBA, Silva, FM. Metodologia de pesquisa em nutrição: embasamento para a condução de estudos e para a prática clínica. 1ª ed. Rio de Janeiro. Rubio. 2017.
- 30- Bardin L. Método. In: RETO LA, PINHEIRO A [trad], editors. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011. p. 123–68.

- 31- Bassani E. As políticas quantificadoras da educação e as “novas” formas de exclusão: os “inclassificáveis.” Universidade Federal do Espírito Santo; 2013.
- 32- Guedin E, Franco RS. Questões de método na construção da pesquisa em educação. 1st ed. São Paulo: Cortez Editora; 2008. 176 p.
- 33- Brasil, Conselho Nacional de Saúde CNS. Resolução no 510, de 07 de abril de 2016 [Internet]. 510/2016 Brasil; 2016 p. 10. Available from: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- 34- Saviani D. Escola e Democracia. Autores Associados. 43ª ed. 2018.
- 35- Adorno TW. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2012.
- 36- Murimi MW, Kanyi M, Mupfudze T, Amin MR, Mbogori T, Aldubayan K. Factors Influencing Efficacy of Nutrition Education Interventions: A Systematic Review. J. Nutr. Educ. Behav. Feb 2017. [acesso em abril 2019]; 142-165. V49. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1499404616307850> doi: 10.1016/j.jneb.2016.09.003.
- 37- Brasil, Ministério da Saúde MS. Guia alimentar para a população brasileira [Internet]. 2014. Available from: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)
- 38- Patias ND, Hohendorff JV. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. Psicologia em estudo. 2019
- 39 - Burlandy L, Bocca C, Mattos RA. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. Rev Nutr 2012; 25:9-20
- 40- World Health Organization. Health promotion glossary. Geneva: World Health Organization; 1998. (WHO/HPR/HEP/98.1).
- 41- World Health Organization. School and youth health: what is a health promoting school? School and youth health: what is a health promoting school? [http://www.who.int/school\\_youth\\_health/gshi/hps/en](http://www.who.int/school_youth_health/gshi/hps/en).
- 42- Santos TG, Silveira JAC, Longo-Silva G, Ramires EKNM, Menezes RCE. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. Cad Saúde Pública 2018.
- 43- Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. Direito humano à alimentação adequada - da no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos; 2010.

- 44- Vasconcelos ABPA, Moura LBA. Segurança ali - mentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública na - cional. Cad Saúde Pública 2018; 34:e00206816.
- 45 - Azevedo E. Alimentação saudável: uma cons - trução histórica. Simbiótica: Razão e Sensibili - dade 2014; (7):83-111.

## APÊNDICE A: Roteiro estruturado da entrevista aplicada



**Esta entrevista faz parte de um projeto que visa avaliar os instrumentos utilizados nas intervenções nutricionais, como essas foram pensadas, o que objetivavam as avaliações realizadas. SERÁ NECESSÁRIO GRAVAR.**

**ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

- 1) Você poderia relatar sua história profissional na GEDCAL? Contar todas as atividades que desenvolveu, inclusive com esse projeto, desde o início até o presente momento?
- 2) Quais temas foram trabalhados nesse projeto?
- 3) Como chegaram ao formato atual do trabalho que desenvolvem?
- 4) Como escolheram a metodologia adotada?
- 5) Quais são as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento das ações?
- 6) Vocês avaliam as ações que realizam? Quais são os instrumentos de avaliação dessas ações?
- 7) Vocês desenvolvem oficinas nesse projeto? Quais são os objetivos de cada uma delas?
- 8) Vocês utilizaram algum referencial teórico na construção desse projeto? Em caso afirmativo, qual? Como ocorreu a escolha desse referencial?
- 9) Sua formação acadêmica contribuiu para a sua atuação na área de educação? Como?

**APÊNDICE B:** Artigo produto desta dissertação, a ser submetido à *Revista Interface* (Qualis B1)

**Ações de educação alimentar e nutricional no âmbito das escolas públicas de belo horizonte -mg: análise da abordagem teórico-metodológica**

**RESUMO**

O estudo visa compreender a atuação de uma equipe de educação alimentar e nutricional com escolares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que emprega entrevista individual para coleta de dados. Os depoimentos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temático-categorial, pautando-se em conceitos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional e em teóricos críticos da educação. Apreendeu-se que a abordagem teórico-metodológica da equipe foi pautada na vivência profissional e em referenciais teóricos, para busca de conteúdos técnicos e recursos pedagógicos. A contribuição da formação acadêmica na graduação é revelada como frágil, sustentada por bagagem teórico-técnica, descontextualizada das práticas educativas. A relevância do presente estudo aponta-se na possibilidade de oferecer subsídio para o aprimoramento de um projeto de EAN institucional, para a promoção de práticas alimentares saudáveis e para a garantia da SAN como um direito humano.

**Palavras-chave:** educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, saúde coletiva.

**INTRODUÇÃO**

O acesso regular e permanente a quantidades suficientes de alimentos de qualidade é essencial para uma vida saudável e para o enfrentamento de problemas nutricionais da contemporaneidade, que transitam desde a desnutrição e deficiência de micronutrientes, até o aumento contínuo das taxas de sobrepeso e a obesidade. Esses problemas persistem em várias regiões do mundo e são considerados importantes problemas de saúde pública que geram profundos impactos na saúde dos indivíduos e consequências sociais e econômicas ao Estado, famílias e comunidades<sup>2</sup>.

O enfrentamento dessas crescentes taxas, que são um desfecho da má alimentação, é um desafio atual que envolve não somente questões relacionadas ao consumo alimentar, como também de toda a cadeia produtiva, incluindo a produção, o abastecimento e o acesso a alimentos adequados e saudáveis. Compreender a alimentação adequada e saudável como um direito humano básico, envolve uma série de garantias como: o acesso permanente e regular, de forma socialmente justa; uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo, que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; ser acessível do ponto de vista físico e financeiro; ser harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer e; ser baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis. Assim, todos esses fatores estabelecem um campo muito mais amplo de ações para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) do que aquele tradicionalmente restrito às dimensões biológicas e do consumo alimentar<sup>5</sup>.

Conceitualmente, a Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, utilizando para isso abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar<sup>9</sup>.

Nas diretrizes que foram estabelecidas para redes de ensino pública e privada, são consideradas de suma importância orientações sobre saúde e estilo de vida saudável, introduzindo este tema na fase escolar. De forma complementar, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), com ações implantadas entre 2012/2015, destaca em uma de suas diretrizes, a promoção e o monitoramento das ações de EAN, utilizando a alimentação escolar como instrumento para realização dessas estratégias, assim, fortalecendo as propostas e finalidades do PNAE<sup>14</sup>.

Essas ações são de grande importância uma vez que, para além do núcleo familiar, a escola também é um meio que interfere na escolha alimentar das crianças

e jovens. É na escola que o aluno desenvolve muitas de suas habilidades e é onde se deve também vislumbrar a promoção de hábitos alimentares e o estilo de vida saudável<sup>12</sup>.

Nesse contexto, este trabalho visa compreender a atuação da equipe de coordenação de mobilização e educação para o consumo alimentar em um projeto de educação alimentar e nutricional, com escolares da rede pública municipal de ensino de Belo Horizonte - MG.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória com abordagem qualitativa. O foco da pesquisa qualitativa é centrado no peculiar, no específico e visa compreender o fenômeno estudado ao interpretar interações e comportamentos, no que diz respeito ao sentido que as pessoas lhe dão<sup>22</sup>, o que permite trabalhar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças e valores<sup>23</sup> por meio de entrevistas com profissionais que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado a fim de formular intervenções e programas mais adequados. Participaram deste estudo os profissionais integrantes da equipe de Coordenação de Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar, pertencente à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), do município de Belo Horizonte, que é composta por sete nutricionistas e uma graduada em comunicação social e pedagogia. Todas do sexo feminino, apenas duas não concluíram pós-graduação, cinco delas se formaram em instituições de ensino privadas. As entrevistadas apresentaram média de idade de 38 anos, tempo médio de atuação como servidoras públicas de 12 anos e tempo médio de atuação como nutricionista igual a 14 anos. A coleta de dados ocorreu no período de dezembro de 2017 a maio de 2018. Os dados foram coletados por meio das entrevistas e de forma complementar com o acesso a documentos de circulação interna. As entrevistas foram realizadas utilizando um roteiro semiestruturado, presencialmente em uma sala reservada e foi utilizado um aparelho eletrônico portátil para a gravação das entrevistas e posteriormente foram transcritas no software Microsoft Word® 2016, pela própria pesquisadora. Os dados coletados nas entrevistas individuais foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temático-categorial, proposta por Bardin<sup>30</sup> e seguiram a seguinte ordenação: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados

obtidos e interpretação. O tratamento dos resultados obtidos e interpretação se deram através de interpretações à luz dos conceitos que embasaram a concepção do Marco de Referência em EAN, a construção de políticas públicas de SAN e em teóricos críticos da educação<sup>30</sup>. A análise ocorreu através da síntese de todo o material obtido, por meio do distanciamento do pesquisador<sup>31</sup>. Os resultados das análises possibilitaram a criação de categorias temáticas definidas a posteriori<sup>30</sup>, ocorrendo concomitantemente à fundamentação teórica. Todas as exigências éticas preconizadas para pesquisa com seres humanos foram asseguradas dentro dos padrões éticos exigidos pela Resolução nº 510/2016<sup>33</sup>, sendo este estudo submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Minas Gerais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este capítulo inclui a descrição/caracterização do projeto de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em tela, bem como os resultados provenientes da análise de conteúdo das entrevistas dos participantes e dos documentos que compõem o referido projeto.

Participaram deste estudo todas as integrantes da equipe responsável pela construção e, ou execução do projeto de EAN. Trata-se de sete profissionais, mulheres, sendo seis nutricionistas e uma comunicadora social e pedagoga. Segundo os relatos, o tempo de atuação de cada profissional na equipe variou consideravelmente. Para fins de definição, os documentos acessados constituem-se constructos organizados pela equipe envolvida na elaboração e, ou execução deste projeto, conforme demanda aleatória, que foram denominados como sendo “documentos institucionais escritos de fontes primárias”: Compõem estes constructos: o Projeto Esquadrão da Alimentação, Breve Histórico do Projeto, Atribuições da Equipe de EAN e Materiais Produzidos pelos sujeitos deste estudo.

### **Descrição do projeto de Educação Alimentar e Nutricional em pauta**

A partir das entrevistas e dos documentos acessados, apurou-se o contexto de atuação da equipe responsável pela elaboração e, ou execução do projeto; a trajetória de construção do projeto; e o seu desenho de execução, à época da coleta de dados.

Quanto ao contexto de atuação da equipe, na área de educação alimentar e nutricional, no momento da entrevista (dezembro de 2017 a maio de 2018), este era organizado enquanto Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional – CRESAN. Nessa estrutura organizacional, destaca-se o foco das ações educativas desta equipe junto aos escolares, por meio do projeto intitulado “Esquadrão da Alimentação”. Apurou-se que tange eram múltiplas as atribuições da equipe qualificada para pensar o referido projeto de EAN, no entanto a atuação da equipe estava vinculada, prioritariamente, às ações de EAN voltadas aos escolares. No que se refere à trajetória de construção do projeto de EAN em análise, este teve início em 2007, com o anseio desta equipe em trabalhar conhecimentos alusivos à temática alimentação e nutrição, no âmbito escolar, através de alguns eixos de atuação, quais sejam: pais, cantineiras, professores e alunos. O desenho do projeto “Esquadrão da Alimentação” visava realizar ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar como estratégia para a promoção da saúde e garantia de segurança alimentar e nutricional; garantir a perpetuação das práticas trabalhadas nas oficinas por meio de ações e projetos de continuidade por parte das escolas; e verificar a eficácia das oficinas de intervenção. Portanto, essa versão final do projeto foi organizada em quatro momentos: três oficinas e um evento de encerramento, que é denominado evento de culminância.

A análise da descrição do projeto de EAN deste estudo pautou-se em um dos nove princípios do Marco de Referência de EAN - “Planejamento, avaliação e monitoramento das ações”, como princípio norteador; e utilizou os demais princípios desse documento e referenciais teóricos da área de educação (Adorno e Saviani), para maior clareza e precisão das etapas de concepção de um projeto de EAN, à luz desses referenciais teóricos.

As etapas de concepção de EAN que constam nesse princípio norteador são: diagnóstico, identificação de prioridades, elaboração de objetivos e estratégias para alcançá-los, desenvolvimento de instrumentos de ação, previsão de custos e recursos necessários, detalhamento de plano de trabalho, definição de responsabilidades e parcerias e definição de indicadores de processo e resultados. Ademais, adotou-se que os seguintes princípios do Marco: “A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos” e a “Intersetorialidade” deverão permear todas as etapas supramencionadas<sup>14,9</sup>.

No que diz respeito ao diagnóstico, esse subsidia a definição de conteúdo específicos a serem trabalhados, refletidos e discutidos. Sem isso, tende-se para a formatação de propostas de EAN que tratam de nutrientes e recomendações sobre o que comer e não comer, reduzindo a orientação a uma abordagem dualista, entre o que é bom e o que não é bom comer<sup>8</sup>. No presente estudo, verifica-se que o diagnóstico constitui resultados de pesquisa com o público-alvo do projeto e em dados do PSE, que se referiam ao estado nutricional dos escolares do município como um todo, cenário maior deste estudo. Todos esses dados constituíam parâmetros numéricos, de levantamento epidemiológico, que não contempla a subjetividade das pessoas. No entanto para se intervir no campo da EAN é preciso mais: é preciso conhecer as razões pelas quais o comportamento alimentar acontece e a forma como ocorre<sup>8</sup>.

Nota-se que o planejamento do projeto de EAN em tela não deixou claro os princípios e a concepção de EAN defendida pela equipe, o que pode contribuir para elencar objetivos e estratégias não alinhadas ao que, de fato, se pretende com a proposta de EAN. “Sustentabilidade social, ambiental e econômica”; “Recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo”, “Alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável” e “Alimentação adequada e saudável enquanto um direito social” constituem pontos importantes a serem aqui elencados por se tratarem de temáticas prioritárias a serem trabalhadas nas ações de EAN, preconizadas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira<sup>37</sup>. Assim, a discussão e a escolha de valores e prioridades, bem como a própria concepção que se tem de educação são fundamentais para a seleção e a definição dos objetivos, das mensagens e dos canais de comunicação ou métodos educativos. Os conteúdos e informações devem dar conta de buscar a interseção entre a problemática detectada e os distintos fatores que influenciam a conduta do indivíduo em níveis individual e social<sup>14</sup>.

No que tange à elaboração de objetivos e estratégias para se alcançá-los, evidencia-se que eles foram pautados nos temas específicos, subsidiados pelo diagnóstico. No entanto, um projeto de EAN deve expressar as mudanças pretendidas nos indivíduos, frente aos problemas alimentares e nutricionais priorizados, mediante um conjunto de experiências que lhe serão proporcionadas – O que deve ser mudado?

O objetivo é sensibilizar e trazer o tema da orientação para reflexão, entendendo que esta produzirá as condições de mudanças alimentares<sup>35</sup>.

Nota-se nos objetivos gerais na proposta de EAN em pauta, compromisso dos profissionais de EAN quanto a SAN, quando abordam a garantia de SAN e a promoção da saúde, pois a finalidade de um projeto é relacionada com o direito social à alimentação adequada e saudável. No entanto, nas estratégias para alcançá-los não foram identificados aspectos ligados aos princípios do Marco de EAN para políticas públicas como a “soberania alimentar” e a utilização de recursos educacionais dialógicos e problematizadores, com ênfase na SAN. Outros aspectos que constam nos objetivos de cada oficina, mas cujas estratégias mostraram-se insipientes foram: “valorização da culinária enquanto prática emancipatória” e “A Promoção do autocuidado e da autonomia”.

Já em relação ao desenvolvimento de instrumentos de ação, esse foi muito enfatizado nas falas das participantes, consonante com que se entende sobre os materiais didáticos, que devem ser abertos à criatividade e à inovação e que o teatro, a dramatização, as exposições de pintura, os concursos literários e as atividades lúdicas ocupam espaços importantes. A combinação desses meios constitui um elemento relevante da educação popular, uma vez que aumenta o impacto da intervenção por meio da sinergia da utilização desses recursos.

Ademais, os materiais, instrumentos e oficinas devem motivar a participação do grupo, promover a reflexão e auxiliar na tomada de decisões para o cuidado com a saúde e as mudanças das práticas alimentares. A problematização é diretamente dependente da instrumentalização, uma vez que a própria capacidade de problematizar depende da posse de certos instrumentos<sup>34</sup>. Nota-se aqui, que foram construídos os materiais, instrumentos e oficinas com base nos temas específicos, contando com as habilidades artísticas da equipe e em tentativas com avaliação de erros e acertos.

Essencial também no processo de planejamento do processo educativo é o detalhamento do plano de trabalho. Plano pode ser considerado como um produto do planejamento, caracterizado como um guia, formalizado e sistematizado. No entanto, para além de uma opção metodológica, é preciso que se estabeleça uma atitude de busca, um caminho de reflexão, de questionamento<sup>8</sup>, que em parte pode-se ver nas entrevistas e pouco nos documentos acessados neste estudo.

Quando pensamos em definição de responsabilidades e parcerias, o setor público deve se limitar a organizações que também tenham suas atividades pautadas pelos princípios adotados pelos referenciais teóricos escolhidos, pela supremacia do interesse e saúde pública<sup>9</sup>.

Definir indicadores de processo e resultados contribui para o monitoramento e avaliação dos resultados. No entanto, a formação dos profissionais de saúde, incluindo o nutricionista, é tecnicista e moldada pelo modelo biomédico dominante. O desenho das avaliações deve ser precedido por amplas discussões que definam bem os objetivos e situações desejadas. Trata-se do desafio de se definirem indicadores, contextualizados nas diferentes dimensões abrangidas pelos princípios norteadores de EAN para políticas de SAN, refletindo inclusive seus processos de caráter menos estruturados e mais subjetivos. Isso evitaria o distanciamento entre as diretrizes/princípios de SAN e o recorte apenas de variáveis "mais fáceis" de serem mensuradas. A seleção isolada de variáveis consideradas "ideais" ou "convenientes" para medidas reduziria a visibilidade do processo e o alcance da Política.

### **Análise de conteúdo das entrevistas e dos documentos que compõe o projeto**

Posteriormente à leitura exaustiva das transcrições das entrevistas e do material escrito acerca do projeto “Esquadrão da Alimentação”, realizou-se a exploração do material, analisando-se separadamente as categorias emergentes, quais sejam: (1) “Concepção do projeto de Educação Alimentar e Nutricional fundamentada na experiência”; (2) “Abordagens metodológicas de Educação Alimentar e Nutricional atreladas à tradução de conhecimentos em nutrição” e (3) “Lacunas na formação do nutricionista para atuar em Segurança Alimentar e Nutricional”.

Para esta análise, partiu-se do pressuposto que a EAN deve ser concebida a partir de um referencial metodológico que preveja um processo de planejamento participativo, monitoramento e avaliação; e que tanto os aspectos metodológicos quanto os instrumentais necessitam ser referenciados em um processo permanente de pesquisa e gestão do conhecimento, bem como aprofundados em processos de formação e educação permanente dos profissionais envolvidos, em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas<sup>9</sup>.

## Concepção do projeto de Educação Alimentar e Nutricional fundamentada na experiência

Nesta categoria estão elencadas as questões referentes à fundamentação em que a equipe se pautou para a construção do projeto de EAN. As falas das participantes retratam que essa construção foi pautada em aspectos práticos, na utilização da criatividade e é revelada como fruto de ensaio e erro, da realização de testes pilotos, bem como da utilização de mecanismos de feedback de todos aqueles envolvidos no processo. Ou seja, a concepção do projeto foi baseada na experiência prática que esta equipe dispunha e em instrumentos de avaliação, de acordo com relatos das entrevistadas E1 e E4. Ademais, conforme relata E1, foi uma construção solitária, da própria Secretaria de Abastecimento, da época.

E aí começou a construir ferramentas para este trabalho. Em primeiro lugar, assim, é... a gente tinha uma equipe extremamente criativa e disponível para essa construção, essa nova estratégia de trabalhar a educação alimentar. Então isso é um ponto fundamental, pois o profissional da nutrição tem que estar aberto a essa possibilidade, essa nova forma de dialogar e de promover essa... reflexão sem impor conhecimento, sem impor metodologia e sem impor é... o seu modelo de ver as coisas. Então na verdade isso foi uma construção é... com uma equipe que tinha essa criatividade, essa disponibilidade, essa abertura pra essa construção (...) É... especialmente o teatro educativo (E1)

Ah, eu acho que na prática, né? Foram feitos pilotos, né? No começo, mas com a prática fomos definindo a faixa etária, metodologia, bem de sugestão das próprias crianças, muita sugestão dos professores porque a gente tem essa avaliação a cada oficina, a gente passa uma avaliação. Então é um *feedback* de todo mundo que está envolvido no projeto? Que a gente vai ajustando até a forma de avaliação dos resultados, instrumentos e a frequência das intervenções (E4)

Nas falas das entrevistadas, há relatos acerca da orientação dessa “prática”, constituídos como documentos de auxílio teórico, legal ou pedagógico, aplicáveis com caráter lúdico. No entanto, não estão claras as diretrizes, tanto do Marco quanto do Guia, as quais foram utilizadas como embasamento teórico para a fundamentação do projeto em tela, as entrevistadas não os descrevem ou elencam o que empregaram deles enquanto fundamentação para construção do projeto em tela.

As intervenções educativas em alimentação e nutrição precisam superar suas raízes biomédicas em todas as suas etapas: planejamento, aplicação e avaliação. Somente a partir de modelos avaliativos ampliados, capazes de contemplar sua complexidade, será possível legitimar o caráter inovador desse tipo de intervenção. O

conceito de promoção da saúde e os princípios de EAN permeiam a autonomia, reforçando a importância da valorização dessa característica dentro das ações nesse contexto. Contudo, são escassos os registros de grupos de EAN que destaquem seus referenciais teóricos e metodológicos e, tampouco, que visem à autonomia. Faz-se importante valorizar o desenvolvimento de grupos educativos que não se limitem à transmissão de conhecimentos, visem à promoção da autonomia e que a avaliação dos mesmos seja feita de forma coerente com os objetivos propostos<sup>14</sup>.

Como documentos de assessoria teórica, as falas retratam que podem ser ponderados os constructos de domínio público, referências na área de EAN, como o Guia Alimentar e o Marco de Referência de EAN. No tocante ao documento pedagógico, a participante 5 remete à Maria Cristina Faber Boog, uma das autoras referência em educação em nutrição e concernente aos documentos legais que guiaram o detalhamento da prática do Projeto, a participante 6 lembra das legislações relacionadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que também são consideradas.

Então, em cada oficina, a gente tenta colocar, principalmente, os conceitos do Guia Alimentar da população brasileira, só que dentro de um contexto muito lúdico, então apesar de tá fazendo a criança, é... dá opções pra alimentação do boneco, o que a gente tá pegando de referencial teórico são essas orientações que a gente tem, principalmente, no guia, sabe? (...) Desde o início a gente sempre usou o Guia da população brasileira, quando esse projeto foi concebido a gente ainda não tinha essa versão atualizada, tinha a antiga (...) Mas o nosso principal referencial teórico é o Guia mesmo. E claro que também tem muito a parte pedagógica, a gente usa muito...muita referência de...por exemplo, tem a Maria Cristina Boog, que inspira muito a gente na hora de criar oficina, é...o próprio Marco de referência (E5)

Igual hoje a gente trabalha muito em cima do Guia, né, que é uma ferramenta mais recente, então a gente tem trabalhado muito em cima do Guia (...)é...a gente tá sempre buscando coisas, por exemplo o Guia, a gente analisa, vê o que a gente pode tirar dali... Sim...o Guia, ele sempre fez parte, o Marco de Referência, ai tem outros, mas não vou saber te falar de cabeça assim...alguns são leis assim, que de cabeça, não vou saber te falar, mas nós buscamos sim referências até do PNAE, da educação alimentar, baseamos nisso...do FNDE, tudo isso. Essas legislações, só não sei cada uma aqui de cor (E6).

As parcerias para o desenvolvimento de ações de EAN imprimem a ideia de intersetorialidade. Através do material acessado e das entrevistas, percebeu-se menções sobre relações de parceria e sobre a relevância da construção intersetorial do projeto através da UFMG (GEAN), da SMED e de um grupo de teatro da própria

secretaria. Os discursos das participantes evidenciam que a parceria com a universidade acontece no sentido de se trabalhar as questões relativas à avaliação da metodologia e do projeto como um todo; com a SMED se dá visando a seleção das instituições contempladas para a consecução do projeto de EAN e com o grupo de teatro a fim de se trabalhar arte e mobilização através deste recurso lúdico.

Aí...foi...acho que no início do ano passado, a gente desenvolveu aquele grupo de pesquisa que é o GEAN, a gente levou pro grupo a proposta porque a gente queria fazer uma análise mais qualitativa da proposta porque a gente pensava que era um projeto que tinha alguns impactos que não eram mensurados (E5)

a parceria com a universidade permite essa avaliação tanto da metodologia quanto do trabalho (...) (E1)

Então, hoje a gente tem teatro educativo, né, que é esse teatro que trabalha arte e mobilização, essa parceria que chama Mobes, que é o grupo de mobilização aqui das políticas sociais, hoje SMASAC né? (E4)

### **Abordagens metodológicas de Educação Alimentar e Nutricionais atreladas à tradução de conhecimentos em nutrição**

As abordagens metodológicas utilizadas nas ações de EAN do projeto “Esquadrão da Alimentação” evidenciaram pautar-se na tradução de conhecimentos técnicos relacionados à alimentação e nutrição, utilizando para isso estratégias pedagógicas lúdicas, com lampejos de tentativa de ruptura com a educação bancária e com a abordagem tradicional. No entanto, não há relatos que trazem a noção de problematização e abordagem dialógica.

Através das falas, em relação ao que diz respeito ao aspecto abordagem para além da transmissão de conhecimento, verifica-se uma atuação não alinhada a esse aspecto. As ações de EAN são realizadas com distintas realidades e situações, lançando mão de recursos lúdicos, seja através de teatro, dinâmica, jogo, oficinas, etc. O teatro é projetado como uma estratégia quase que infalível de abordagem fundamental. Através dele, vislumbra-se transmitir para a criança o conhecimento daquilo que é saudável ou não. Essas estratégias são empregadas no sentido de melhorar a comunicação sobre os conteúdos relacionados à nutrição.

Em todos os encontros a ideia era de trabalhar com atividades lúdicas, então não eram palestras né, era que no primeiro encontro tivesse uma atividade lúdica, uma intervenção teatral que fizesse com que a criança passasse a ter... um conhecimento e e ao mesmo tempo uma reflexão sobre aquele tema, né? “Por que a alimentação é importante para a minha saúde?” [...] Então, são instrumentos didáticos de comunicação dirigida, ou seja, não é um instrumento que você simplesmente faz uma distribuição aleatória, mas ele tá inserido num contexto (...) Então você tem no teatro essa possibilidade de dizer pra criança é...o que é a alimentação saudável, o que não é tão saudável, mas que que você pode consumir de vez em quando, sem proibir. (...)então os próprios profissionais da gerência de educação alimentar, educação para o consumo alimentar se apropriou um pouco dessa estratégia mais lúdica e passou a... desenvolver atividades do ponto de vista pedagógico que conseguia conversar com o aluno uma estratégia lúdica e... e aí começou a construir ferramentas para este trabalho (...) através da estratégia audiovisual, através de um vídeo que a gente , era um vídeo comentado, que as crianças assistiam o vídeo e depois a gente ia comentar e ia, também de uma maneira bem lúdica, brincar com elas no sentido de, do que quer...com plaquinhas né, o que tava certo, o que que tava errado, a partir de umas perguntas .... (E1)

Deve-se considerar ainda que o grau de autonomia mencionado nas falas das participantes 5 e 7, precisa ser reavaliado no sentido do cuidado para que não haja a culpabilização dos indivíduos envolvidos nas ações de EAN. Culpabilização no sentido de o aluno construir uma visão reducionista e, ou simplista da mudança alimentar pretendida, como se o resultado almejado fosse unicamente dependente do sujeito e descontextualizada dos contextos políticos, econômicos e sociais. Outro cuidado ainda deve ser tido no sentido de não realizar entrega de materiais meramente informativos, conforme relata a E2 ao dizer: “No final de cada um [...] tem a entrega de material que é um folder informativo”.

E a terceira etapa é no auditório que é o vídeo-áudio que tem a musiquinha da Gotilda e a história da Gotilda que é um outro personagem que a gente fala que é relacionado a higiene, higiene e saúde. (...) Essa brincadeira mostra que a gente tem que tentar ao máximo manter o ambiente limpo né, dentro de casa, as mãos... No final de cada um, só pra explicar assim, tem a entrega de material que é um folder informativo de cada oficina, de tudo que eles fazem, né (E2)

Na primeira, eu acho que o objetivo principal é... fazer a criança ter a capacidade de ter autonomia em fazer escolhas alimentares saudáveis. É o primeiro contato então que a gente tenta fazer a criança pensar nesse assunto, na verdade (E5)

Como exemplos de comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparo e consumo dos alimentos, as falas

anunciam que são valorizadas as oficinas culinárias, a prática da higiene e a oficina dos sentidos - quando se trabalha três sentidos sensoriais: olfato, paladar e tato. Emerge dos discursos também que as degustações das receitas, ou seja, a experimentação da preparação produzida pelo aluno possibilita a esse aluno aprovar o sabor e a sentir prazer pela forma de construção dessa aprovação e sentimento. Ademais, são pronunciadas expressões de incentivo à experimentação do “diferente”, realizadas tentativas de informar sobre a importância de cada grupo de alimentos, enfatizando a não proibição de nenhum alimento e a importância do equilíbrio nas escolhas alimentares.

“Então, na parte de higiene eles assistem a um vídeo, depois fazem uma dinâmica de certo e errado com plaquinhas, na cozinha eles preparam receitas, é... não convencionais assim para eles, né? Que é o suco de couve, de beterraba, de talo de couve. E fazem também uma pizza com talo de couve. Eles ficam até se sentem mais à vontade em experimentar o alimento quando eles estão preparando. na aula de culinária com as crianças... no começo eu lembro que a gente foi pra oficina, então a gente até conversava muito sobre isso, que a educação nutricional acontece no momento em que as crianças sentem prazer de tá ali na cozinha experimentando, cozinhando pela prática culinária (E3)

“Na segunda a gente trabalha a oficina dos sentidos que a gente faz a criança experimentar os alimentos, tato, olfato e paladar (...), mas aí dentro desse formato a gente trabalha os temas, sabe? A segunda chama grupo de alimentos aí a gente chama de conhecendo os alimentos na verdade né? (...) Então, pensar na alimentação sempre sem esse contexto de pode ou não pode, sabe? Porque geralmente em casa acaba ficando muito isso né? É aquele momento tenso na hora de alimentar, a criança não gosta de um tanto de coisa e a mãe cobra, enfim! Então a gente quer desmistificar um pouco essa questão da alimentação como um processo difícil pra criança e...a gente tenta passar conceitos de...que todos os grupos de alimentos são importantes serem consumidos e...não existe alimento proibido e que ela não pode, desde que seja equilibrado, ela pode comer um pouco de tudo. Então esse é o primeiro objetivo, que ela saia com esse primeiro conceito, sabe? (E5)

Ao se tratar de menções ao que poderia se aproximar do aspecto transversal da EAN no modelo pedagógico, emergiram nos discursos das participantes atividades que são estimuladas a ser realizadas em sala ou em casa de maneira a dar continuidade ao projeto e à discussão da temática através dos conteúdos programáticos das disciplinas curriculares. São várias as estratégias de EAN que podem ser adotadas com o objetivo de ela ser transversal nas escolas. Podem ser promovidas massivas campanhas educativas com o uso de diferentes mídias que promovam o consumo alimentar com maior benefício nutricional. Um exemplo é

sugerir que a instituição procure saber sobre os programas que se relacionam com produção, acesso, abastecimento e educação alimentar existentes no local, permitindo a reflexão sobre o tema. Dessa forma, verifica-se um amplo contexto favorável para a realização do direito humano à alimentação adequada em cenários das políticas sociais atuais em que as ações educativas têm potencial de ser um elemento transformador quando realizadas de modo competente<sup>14</sup>.

Toda a mobilização para se ter uma alimentação saudável demanda uma transformação maior, tanto da pessoa quanto da sociedade. E é nesse intermédio que entra a EAN. Precisamos pensar: por que comemos o que comemos? Como aquele alimento chegou ali no nosso prato? Quem produziu? Como e onde produziu? Enfim, é mais complexo do que simplesmente ter a informação sobre o que é saudável<sup>5</sup>. Para isso, ela deve ter como foco ampliar a sua (1) abordagem para além da transmissão de conhecimento e gerar situações de reflexão sobre as situações cotidianas, busca de soluções e prática de alternativas<sup>9</sup>. A EAN requer, portanto, (2) uma abordagem integrada que reconheça as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos, de maneira (3) a ser “transversal” no projeto pedagógico<sup>9</sup>, conforme preconizado pela lei 13.666/2018.

Dentre os três aspectos que foram considerados para análise do desenvolvimento das ações de EAN do projeto em tela, o referente à abordagem integrada não foi identificado nas falas das participantes. Ela diz respeito à considerar a abordagem para além do seu caráter biológico e considerar todo o sistema alimentar, que implica abranger conteúdos que vão desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição; a escolha e consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas, até a geração e a destinação de resíduos<sup>11</sup>.

## Lacunas na formação do nutricionista para atuar em Segurança Alimentar e Nutricional

Nesta categoria são elencadas as lacunas de formação, apontadas nas falas das participantes desta pesquisa, ao considerarem que as contribuições da sua formação para atuar em educação no contexto de SAN foram insuficientes, tanto no contexto da graduação, quanto de cursos de aprimoramento profissional realizados. Pode-se apreender que as participantes consideram as abordagens de ensino-aprendizagem, que foram empregadas, fortemente marcadas por aspectos teórico-técnicos descontextualizados da prática, da área de educação; e sinalizam a falta ou deficiência de uma disciplina de EAN na grade curricular do curso de graduação em Nutrição.

Assim, as falas das entrevistas, a seguir, revelam uma ideia de dicotomia entre teoria e prática, uma necessidade de realização de cursos complementares na área de educação e que a graduação em nutrição, à sua época, possibilitou uma contribuição teórica, de conteúdo. Ademais, anunciam que a apreensão de como realizar EAN foi com a prática e do exercício de modificá-la; e o entendimento de que falta para a equipe é conteúdo pedagógico para atuarem em educação, considerando os ciclos da vida.

Então às vezes o que eu percebo é que a faculdade me deixou muito teórica... com certeza. Eu acho assim... então, ela contribuiu no sentido de conteúdo, da gente saber buscar as informações, saber ler uma informação e se procede ou não, poder julgar (E4)

O que eu mais aprendi foi com a prática e ao modificá-la do que com a graduação em si (...) Então eu acho que minha formação acadêmica me ajudou, mas nós não somos formados especificamente pra educação alimentar, a gente tem isso muito “passando” na faculdade (...) minha vivência com educação alimentar e nutricional na faculdade foi muito teórica E também uma sensação que eu sempre tive quando eu fiz alguns cursos modulares, pontuais, é que a gente tinha mais expertise do que quem tava dando o curso. Não porque nós somos melhores, mas porque a gente já tinha desenvolvido mais coisas...porque às vezes a pessoa vai com uma proposta muito teórica, então fica lá falando do Marco de Referência, parará e o que a gente pretendia com aquela formação era trazer isso pra prática né? (...). E aí o que a gente percebeu é... nesse contato foi que às vezes a proposta da UFMG era muito teórica e a gente já vinha com uma certa experiência de trabalhar com as crianças na ponta. Eu acho que sim, na verdade eu sinto falta, eu não sei se esse é o sentimento das meninas também, mas eu bato muito na tecla de que falta pra gente o... conteúdo pedagógico, sabe? O feeling pedagógico pras propostas (...) então às vezes a gente não entende muito o que é ideal pra a faixa etária, às vezes a gente quer ser lúdico demais e pode fugir um pouco da proposta e de sair um pouco do universo. (E5)

Essa lacuna apontada é relevante, pois de acordo com Vieira e Cervato-Mancuso (2014)<sup>14</sup> o componente unicidade entre teoria e prática é uma característica necessária, envolvendo a graduação em Nutrição, para atuação na perspectiva da SAN. Isto, pois atuar nessa área exige considerar a integralidade do indivíduo e o trabalho focado na comunidade. Trata-se de uma área que permeia não somente o campo da saúde, mas também o da produção de alimentos, economia, educação e meio ambiente. Portanto, é fundamental que haja unicidade entre teoria e prática, em que conteúdos teóricos precisam apoiar a prática profissional e, assim, a prática confere sentido à teoria<sup>14</sup> É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado<sup>35</sup>.

Outra lacuna apontada pelas participantes, nas próximas falas, é a falta ou a fragilidade da disciplina de EAN na sua graduação em Nutrição. Nota-se que, quanto às fragilidades da referida disciplina, descrevem que essa não contribuiu em nada para sua atuação em EAN; que a disciplina precisa evoluir muito, especialmente em cursos específicos de pós-graduação da área de EAN; e que não recorda de conteúdos trabalhados e que na prática atuava em aconselhamentos individuais, pois o curso tinha foco na área clínica.

Porque...eu formei no ano de 2005, tá fazendo 13 anos que eu formei, é...eu não tive uma disciplina específica de educação alimentar e nutricional, igual muitas instituições de ensino têm hoje (E2)

Eu formei em 2007, tínhamos a disciplina “Educação Alimentar e Nutricional”, mas não contribuiu com nada. Eu fui trabalhar por uma coincidência do destino e deu certo, porém não foi eu quem escolheu a área, a área que me escolheu (E3)

Nota-se, que as participantes, atribuem a uma disciplina a fragilidade na sua formação, para se atuar em EAN no contexto de SAN. No entanto, uma única disciplina dentro de um currículo predominantemente técnico não formará um educador, se este propósito não for assumido de forma transversal pelo grupo de docentes, face a um projeto pedagógico, que contemple esse objetivo. As disciplinas dos cursos de Nutrição devem formar *educadores* neste campo, isto é, pessoas que desenvolvem a capacidade de compreender e agir sobre pensamentos, sentimentos e ações de outras pessoas e as disciplinas da área de ciências humanas têm papel

relevante nesse sentido<sup>14</sup>. Além disso, priorizar o trabalho em equipe, os conteúdos relativos às políticas públicas, abordagem transversal da SAN e, por fim, reconhecimento do profissional como agente político<sup>14</sup>.

No que diz respeito ao trabalho em equipe, ele se apresenta como um componente promotor da atuação em SAN e é desenvolvido como consequência da interdisciplinaridade<sup>14</sup>. Outro componente destacado foi a abordagem humanística na formação. Para que uma prática vise à garantia do direito humano à alimentação, é fundamental interpretar questões de nutrição e alimentação à luz dos conhecimentos da antropologia, psicologia e educação, por exemplo. A educação, portanto, não se transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática<sup>14,35</sup>. Os conteúdos relativos às políticas públicas que dialogam com a SAN também surgem como uma demanda para qualificar a atuação profissional, uma vez que o cenário político se faz relevante para a contextualização das potencialidades assistenciais, emancipatórias, de geração de renda, de promoção da saúde, entre outras, de um determinado local. Os cursos de Nutrição tendem a apresentar enfoque na área clínica, a qual explora conteúdos que favorecem sua entrada imediata no mercado de trabalho e, com isso, a discussão acerca das políticas públicas pode não ser claramente reconhecida como importante no momento da graduação<sup>14</sup>. Como último componente encontra-se o reconhecimento do profissional como agente político. No campo da Nutrição, o ensino superior vem mostrando distintas dificuldades para a atuação do futuro profissional de saúde como um agente que intervém no campo das políticas públicas no âmbito da SAN e na garantia do DHAA para uma vida saudável. Isso acontece porque os conteúdos que aproximam o aluno do cenário de políticas públicas se apresentam extremamente limitados em muitos cursos de Nutrição, dificultando a compreensão por parte do próprio profissional sobre seu papel perante a sociedade. Mesmo que não atue diretamente na área sociopolítica, é fundamental que o nutricionista, bem como outros profissionais, reconheça-se inserido no contexto político do local onde vive e se aproxime das necessidades da sua comunidade e das possibilidades de atuação, sendo necessário que o ensino superior esteja em sintonia com as questões sociais e de saúde<sup>14</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos compreender a atuação da equipe coordenação de mobilização e educação para o consumo alimentar em um projeto de educação alimentar e nutricional, com escolares da rede pública municipal de ensino de Belo Horizonte, através da análise das categorias emergentes neste estudo, quais sejam: “Concepção do projeto de Educação Alimentar e Nutricional fundamentada na experiência”; “Abordagens metodológicas de Educação Alimentar e Nutricional atreladas à tradução de conhecimentos em nutrição” e “Lacunas na formação do nutricionista para atuar em Segurança Alimentar e Nutricional”.

A fundamentação do projeto foi pautada na experiência prática, nos instrumentos de ação e avaliação de que esta equipe se dispunha. Segundo a literatura estudada, há necessidade de esta construção abarcar elementos como: diagnóstico educativo, identificação de temas relacionados aos princípios da EAN, elaboração de objetivos que tragam esses temas para a reflexão, desenvolvimento de instrumentos de ação que auxiliem na tomada de decisões, detalhamento de plano de trabalho referenciado teoricamente, definição de parcerias com os mesmos princípios e definição de indicadores de processo e resultados que não sejam tendenciosos a mensurar aquilo que é “mais fácil”.

A abordagem metodológica adotada na implementação do projeto analisado apresentou lampejos de tentativa de ruptura com a abordagem tradicional; no entanto, não há relatos que trazem a noção de problematização e abordagem dialógica. A literatura nos revela que essa abordagem deve ocorrer para além da transmissão de conhecimentos, gerar situações de reflexão sobre as situações cotidianas, busca de soluções, ser integrada considerando todo o sistema alimentar, de maneira transversal.

A contribuição da formação acadêmica dessa equipe revela uma ideia de não unicidade entre teoria e prática para a realização das ações de EAN e a graduação em nutrição possibilitou uma contribuição teórica, mais voltada para a área clínica. Segundo a literatura, a formação para atuação na área educacional deve priorizar a interdisciplinaridade, extrapolando o campo da saúde, conseguindo dialogar e construir com diversos outros setores; deve ter habilidades para melhor compreender, intervir e transformar a realidade, promovendo saúde. Além disso, o nutricionista deve ser reconhecido como agente político e saber das possibilidades de

atuação no contexto político, sendo necessário que o ensino superior esteja em sintonia com as questões sociais e de saúde.

Uma limitação deste estudo diz respeito ao fato de a análise ter sido pautada nas falas das entrevistadas e nos documentos, o que inviabiliza a captação de todos os movimentos da experimentação do projeto.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de construção de uma proposta de referencial que poderá ser aplicada tanto pela equipe entrevistada quanto por agentes multiplicadores, no contexto da SAN, além de oferecer subsídio para ações de EAN, no âmbito escolar, para promoção de práticas alimentares saudáveis e para a garantia da SAN como um direito, conforme preconizam os princípios e diretrizes do Marco de EAN e do Guia Alimentar para a População Brasileira.

## REFERÊNCIAS

- 1-Bocchi CP, Magalhães ES, Rahal L, Gentil P, Gonçalves RS. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2019.
- 2-Sarti FM, Torres EAF da S. Nutrição e saúde pública: produção e consumo de alimentos. 1ª. Barueri, SP. Manole. 2017.
- 3-Opas. Organização Pan-americana da saúde: Assembleia Geral das Nações Unidas proclama Década de Ação para Nutrição. Abr 2016. [acesso em mar 2020].Disponível em:[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5051:assembleia-geral-das-nacoes-unidas-proclama-decada-de-acao-para-nutricao&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5051:assembleia-geral-das-nacoes-unidas-proclama-decada-de-acao-para-nutricao&Itemid=820)
- 4-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 130p.
- 5-Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA. GT- Alimentação Adequada e Saudável Relatório Final. Março 2007. Brasília DF. 2007.
- 6-Casemiro JP. Cultura, participação e educação popular & saúde: a educação alimentar e nutricional como lugar de encontro na escola. 2013; 370 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde). Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013.
- 7-Greenwood SA, Fonseca AB. Espaços e caminhos da educação alimentar e nutricional no livro Saúde Debate. Rio de Janeiro. Jul-Set 2017; 932-948. Estratégias de educação alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde: uma revisão de literatura 947 didático. Ciência e Educação. Bauru. 2016;201-218.

8-Boog, MCF. Educação em Nutrição: Integrando Experiências. Campinas. Komedi; 2014.

9-Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília: Ed. MDS, 2012.

10-Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 17 jun.

11-Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União 2013; 18 jun.

12-CRN. Conselho Regional de Nutricionistas. A Educação Alimentar e Nutricional é atividade a ser exercida pelo nutricionista? Jun 2018. Comunicação CRN-1. [acesso em abr 2020]. Disponível em: <http://www.crn1.org.br/a-educacao-alimentar-e-nutricional-e-atividade-a-ser-exercida-pelo-nutricionista/>.

13-BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial 1.010. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Maio 2006.

14-Diez Garcia RW, Cervato MAM. Mudanças alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. 2ed. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan. 2017.

15-Caderno EAN. Princípios e práticas para educação alimentar e nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social. MDS Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SESAN. Brasília, DF. 2018.

16-Brasil. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Diário Oficial da União 1955; 2 abr. 2.

17-Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE / Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília : FNDE, 2018.

18- Accioly E. A escola como promotora da alimentação saudável. Ciência em Tela. 2009; 2(2):19.

19-BRASIL. Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Li/L13666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Li/L13666.htm)

- 20-BRASIL. Lei inclui tema da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Senado Federal. Agência Senado. Maio 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/17/lei-inclui-tema-da-educacao-alimentar-e-nutricional-no-curriculo-escolar>
- 21- GIL AC. Utilização de dados disponíveis. In: Gil A, editor. Métodos e técnica de pesquisa social. 7 ed. São Paulo: Atlas; 2019. p. 163–74.
- 22-Evânia LS, Clélia OL, Nilma DLC, Paulo MR, Alice CU. Metodologia da pesquisa: Aplicabilidade em trabalhos científicos na área da saúde. 2ª edição. Edfurn. Natal RN. 2019.
- 23-MINAYO MC. O desafio da pesquisa social. In: Deslandes SF, editor. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2015. p. 9–30.
- 24-Pinel H. Nascimentos! Inventando e produzindo “Nascimentos de Protagonistas Estrelares” nas existências e nas práticas educacionais (escolares ou não). In: JESUS DM de, AI E, editors. Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções. Vitória: EDUFES; 2006. p. 13.
- 25-Prefeitura de Belo Horizonte. Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. [Internet]. [cited 2019 Nov 15]. Available from: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/seguranca-alimentar-e-nutricional>.
- 26-BRASIL. TCU – Tribunal de Contas da União. SUSAN: Relatório de Prestação de contas. 2017. Contas do exercício de 2017. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de-2017.htm>.
- 27-Prefeitura Municipal de Belo Horizonte PBH. Alimentação Escolar [Internet]. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 2018 [cited 2019 Jan 2]. Available from: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/seguranca-alimentar-e-nutricional/informacoes/alimentacao-escolar/alimentacao>
- 28-Bauer MW, Gaskell G. Entrevistas individuais e grupais. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002. p. 84–6.
- 29-Oliveira AM, Gotschall CBA, Silva, FM. Metodologia de pesquisa em nutrição: embasamento para a condução de estudos e para a prática clínica. 1ª ed. Rio de Janeiro. Rubio. 2017.
- 30- Bardin L. Método. In: RETO LA, PINHEIRO A [trad], editors. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011. p. 123–68.
- 31-Bassani E. As políticas quantificadoras da educação e as “novas” formas de exclusão: os “inclassificáveis.” Universidade Federal do Espírito Santo; 2013.
- 32-Guedin E, Franco RS. Questões de método na construção da pesquisa em educação. 1st ed. São Paulo: Cortez Editora; 2008. 176 p.

33- Brasil, Conselho Nacional de Saúde CNS. Resolução no 510, de 07 de abril de 2016 [Internet]. 510/2016 Brasil; 2016 p. 10. Available from: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

34-Saviani D. Escola e Democracia. Autores Associados. 43ª ed. 2018.

35-Adorno TW. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2012.

## ANEXO 1: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Programa Saúde na Escola: situação atual e perspectivas futuras

**Pesquisador:** Simone Cardoso Lisboa Pereira

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 08757812.3.0000.5149

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ((ESCOLA DE ENFERMAGEM))

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 179.102

**Data da Relatoria:** 12/12/2012

#### Apresentação do Projeto:

O Programa Saúde na Escola (PSE) visa contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de avaliação das condições de saúde; promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos não transmissíveis; educação permanente dos profissionais da área de educação e das equipes de saúde; e monitoramento e avaliação da saúde dos beneficiados. Neste sentido, este projeto, dentro do PET-Saúde da UFMG, visa contribuir para o aprimoramento do PSE em Belo Horizonte, nas referidas áreas de abrangência do programa (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição e Odontologia). Os cenários de práticas serão as Unidades Básicas de Saúde (UBS) Serra Verde (Venda Nova), São Bernardo (Norte) e MG-20 (Norte); e escolas a elas vinculadas. Os sujeitos serão estudantes, pais, professores e colaboradores das escolas selecionadas e os profissionais das equipes de saúde das referidas UBS e os trabalhos serão conduzidos pelos estudantes de graduação e docentes dos cursos mencionados, bem como por profissionais da saúde selecionados pela Secretaria Municipal

de Saúde. As atividades do PET terão como eixo norteador a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, a integração ensino-serviçocomunidade, articulação das ações multidisciplinares, o planejamento de saúde regional e as quatro áreas prioritárias do PSE. Essas envolverão: avaliação das condições de saúde dos beneficiários do PSE; elaboração e avaliação de oficinas de educação em saúde para os diferentes sujeitos,

visando formar, prioritariamente, multiplicadores das ações; capacitação para a qualificação de

**Endereço:** Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** 3134-0945 **Fax:** 3134-0945

**E-mail:** coep@prpq.ufmg.br; coep@reitoria.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



discentes e profissionais envolvidos no PSE; e elaboração de produtos, para instrumentalizar a continuidade das ações. Dessa forma, será realizado um estudo retrospectivo para análise da implantação do PSE e um estudo prospectivo para levantamento da prevalência de alterações visuais, odontológicas, antropométricas, de percepção corporal, auditivas, de linguagem oral e escrita, nutricionais, de comportamento e hábitos alimentares, de hábitos miccionais-intestinais, de capacidades e dificuldades e percepções de competência e de desempenho motor das crianças que serão assistidas pelo programa em 2013 e 2014.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

O objetivo geral do presente estudo é avaliar as condições de saúde de estudantes assistidos pelo Programa Saúde na Escola (PSE) das Unidades de Saúde Serra Verde e São Bernardo no município de Belo Horizonte desde a implantação do programa, bem como avaliar a implantação do PSE na área de abrangência das UBS envolvidas.

Objetivo Secundário:

Realizar o levantamento de crianças assistidas nos cenários de práticas deste estudo até o ano de 2012, correlacionando com o número total de crianças matriculadas e a variáveis sociodemográficas.

Verificar a prevalência de alterações visuais, odontológicas, antropométrica, de desenvolvimento neuropsicomotor e de hábitos e comportamentos alimentares saudáveis das crianças assistidas em cada UBS, até o ano de 2012.

Correlacionar as prevalências supramencionadas com o número total de crianças matriculadas e variáveis sociodemográficas.

Levantar as dificuldades e necessidades de mudanças das equipes de saúde e educação para implantação do PSE nas regiões estudadas.

Verificar junto às crianças suas opiniões sobre os benefícios alcançados com a participação no PSE desde a sua implantação.

Verificar a prevalência de alterações visuais, odontológicas, antropométricas, de percepção corporal, auditivas, de linguagem oral e escrita, nutricionais, de comportamento e hábitos alimentares, de hábitos miccionais-intestinais, de capacidades e dificuldades e percepções de competência e de desempenho motor das crianças

que serão assistidas pelo programa em 2013 e 2014.

Verificar os recursos do ambiente familiar das crianças assistidas pelo programa em 2013 e 2014 e correlacionar com os resultados da avaliação de saúde.

Conscientizar e instruir as cantineiras sobre as condições higiênico-sanitárias adequadas na manipulação dos alimentos, no local de preparo, bem como o armazenamento e a distribuição dos

**Endereço:** Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

**Bairro:** Unidade Administrativa II

**CEP:** 31.270-901

**UF:** MG

**Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** 3134-0945

**Fax:** 3134-0945

**E-mail:** coep@prpq.ufmg.br; coep@reitoria.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



alimentos nas escolas.

Avaliar a implantação do PSE nas regiões estudadas após envolvimento dos cursos da área da saúde da UFMG.

Avaliar o impacto das oficinas de Promoção da Saúde e Alimentação Saudável, Linguagem e Cidadania e Monitoramento e Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes para a comunidade escolar (pais, estudantes, educadores e funcionários) e equipes de saúde das UBS envolvidas.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

A pesquisa não utiliza de técnicas invasivas ou experimentais que não tenham sido comprovadas, oferecendo risco mínimo à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos participantes.

Benefícios:

Os estudantes avaliados poderão se beneficiar do diagnóstico e intervenção precoce, caso tenham alguma doença ou agravo à saúde;

Os pais que participarem das oficinas poderão melhorar os cuidados à própria saúde e a de suas famílias;

Os integrantes das equipes escolares e de saúde poderão melhorar sua formação em promoção da saúde;

Contribuir para a qualificação e o fortalecimento da atenção integral dos beneficiados do PSE, para o aprimoramento dos processos de geração de conhecimentos, ensino-aprendizagem e de prestação de serviços de saúde à população e para o fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de estudo relevante, abrangente, retrospectivo e prospectivo, com evidente impacto social. A metodologia está bem delineada e os recursos financeiros para realização do estudo serão provenientes do projeto PRÓ-PET Saúde III/2012. O instrumento de avaliação proposto permitirá o levantamento mais detalhado das condições de saúde dos estudantes. A prevalência das alterações analisadas (visuais, odontológicas, antropométricas, de percepção corporal, auditivas, de linguagem oral e escrita, nutricionais, de comportamento e hábitos alimentares, de hábitos miccionais-intestinais, de capacidades e dificuldades e percepções de competência e de desempenho motor) está relacionada às variáveis sociodemográficas e aos recursos do ambiente familiar dos estudantes. O projeto potencializará a implantação do PSE nas regiões estudadas.

**Endereço:** Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** 3134-0945 **Fax:** 3134-0945

**E-mail:** coep@prpq.ufmg.br; coep@reitoria.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória estão disponíveis para análise a saber: aprovação da Câmara Departamental, anuência de todas as escolas e instituições envolvidas, entrevista a serem utilizadas com os participantes, TCLEs muito bem elaborados destinados aos responsáveis pelos estudantes e aos estudantes devidamente divididos por faixa etária e com linguagem adequada, TCLEs também adequados para professores e outros profissionais envolvidos na assistência.

**Recomendações:**

Sem recomendações adicionais.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sou pela aprovação do projeto.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovado conforme parecer.

BELO HORIZONTE, 20 de Dezembro de 2012

---

**Assinador por:**  
**Maria Teresa Marques Amaral**  
**(Coordenador)**